

## SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS .....	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	11
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	15
4. OS EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA EM LEI DE Nº 12.783 DE 11 DE JANEIRO DE 2013) .....	15
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	16
7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	17
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	17
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR.....	18
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	18
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS .....	20
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO .....	20
13. INVESTIMENTOS.....	22
14. IMOBILIZADO .....	27
15. INTANGÍVEIS.....	29
16. FORNECEDORES .....	29
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	30
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES .....	31
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	34
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO .....	34
21. PROVISÕES .....	35
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	40
23. RECEITA .....	41
24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	42
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	45
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	47
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	49
28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	55
29. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	57
30. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	59
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO.....	61
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	72

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2013, 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E  
1º DE JANEIRO DE 2012

### ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	896.246	509.152	1.150.309
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	06	743.244	445.639	170.239
Consumidores e Revendedores	07	582.646	494.893	454.950
Concessionários - Transporte de Energia		27.571	65.657	66.451
Ativo Financeiro da Concessão	12	2.254	287.692	42.106
Tributos Compensáveis	08	30.395	26.708	29.634
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	09	26.118	82.354	26.869
Revendedores - Transações com Energia Livre		42.617	20.755	22.080
Dividendos a Receber		4.507	66.832	10.726
Estoques		5.547	5.204	4.355
Outros Créditos		73.406	61.330	71.983
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>2.434.551</b>	<b>2.066.216</b>	<b>2.049.702</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	06	45.144	40.314	-
Tributos Compensáveis	08	39.923	37.392	28.921
Depósitos Vinculados a Litígios	11	165.474	159.358	150.510
Transações com Partes Relacionadas		4.609	30.471	3.255
Outros Créditos		8.557	9.472	8.559
Ativo Financeiro da Concessão	12	795.183	717.728	716.232
Investimentos	13	3.852.181	3.539.372	2.980.579
Imobilizado	14	5.201.949	5.414.273	5.677.753
Intangíveis	15	38.958	63.915	33.522
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>10.151.978</b>	<b>10.012.295</b>	<b>9.599.331</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>12.586.529</b>	<b>12.078.511</b>	<b>11.649.033</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2013, 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 1º DE JANEIRO DE 2012

### PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2013	31/12/2012 Reclassificado	01/01/2012 Reclassificado
<b>CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e Financiamentos	18	742.571	829.396	1.645.152
Debêntures	18	574.532	632.886	3.122.650
Fornecedores	16	214.792	206.569	116.509
Impostos, Taxas e Contribuições	17	72.373	76.615	70.448
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		172.975	399.476	-
Salários e Encargos Sociais		48.028	51.337	57.039
Encargos Regulatórios	19	55.945	75.288	58.003
Participações nos Lucros		41.713	19.377	18.845
Transações com Partes Relacionadas		2.560	22.594	29.900
Obrigações Pós-Emprego	20	12.625	11.593	17.048
Concessões a Pagar		19.038	15.440	7.220
Outras Obrigações		87.758	49.189	51.338
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>2.044.910</b>	<b>2.389.760</b>	<b>5.194.152</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e Financiamentos	18	842.772	852.728	272.304
Debêntures	18	1.961.710	2.340.953	46.896
Provisões	21	19.649	13.963	14.347
Obrigações Pós-Emprego	20	598.970	585.254	441.274
Impostos, Taxas e Contribuições	17	101.233	101.233	106.686
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10a	230.090	276.974	302.504
Encargos Regulatórios	19	113.959	42.935	70.162
Concessões a Pagar		143.512	165.221	123.871
Outras Obrigações		2.441	3.442	3.875
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>4.014.336</b>	<b>4.382.703</b>	<b>1.381.919</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>6.059.246</b>	<b>6.772.463</b>	<b>6.576.071</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
	22			
Capital Social		3.296.785	3.296.785	3.296.785
Reservas de Lucros		1.418.845	1.418.845	989.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial		506.056	590.418	786.674
Lucros Acumulados		1.305.597	-	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>6.527.283</b>	<b>5.306.048</b>	<b>5.072.962</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>12.586.529</b>	<b>12.078.511</b>	<b>11.649.033</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

### PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	23	<b>3.721.617</b>	<b>3.303.816</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>			
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA</b>	24		
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(188.072)	(200.445)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(903.049)	(421.422)
		(1.091.121)	(621.867)
<b>OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS</b>	24		
Pessoal e Administradores		(152.882)	(152.422)
Materiais		(4.119)	(7.947)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(51.812)	(6.040)
Serviços de Terceiros		(58.865)	(63.235)
Depreciação e Amortização		(214.538)	(234.134)
Provisões (Reversões) Operacionais		(8.520)	(1.018)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(90.168)	(133.900)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(80.696)	(70.079)
Outros custos de operação		(6.556)	(8.342)
		(668.156)	(677.117)
<b>CUSTO TOTAL</b>		<b>(1.759.277)</b>	<b>(1.298.984)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>1.962.340</b>	<b>2.004.832</b>
<b>DESPESA OPERACIONAL</b>	24		
Despesas com Vendas		253	(559)
Despesas Gerais e Administrativas		(167.509)	(124.393)
Perda na Alienação de Investimento		(94.080)	-
Outras Despesas Operacionais		(96.185)	(83.148)
		(357.521)	(208.100)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13	340.794	485.097
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		<b>1.945.613</b>	<b>2.281.829</b>
Receitas Financeiras	25	85.462	105.070
Despesas Financeiras	25	(365.704)	(436.959)
Resultado antes dos Impostos		<b>1.665.371</b>	<b>1.949.940</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	10b	(491.019)	(542.972)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	46.883	54.734
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.221.235</b>	<b>1.461.702</b>
<b>Lucro Básico por ação ordinária</b>		<b>0,4216</b>	<b>0,5046</b>
<b>Lucro Diluído por ação ordinária</b>		<b>0,4216</b>	<b>0,5046</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

### PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Jul a Set/13	Jul a Set /12 Reapresentado
<b>RECEITA</b>	23	<b>1.245.485</b>	<b>1.143.020</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>			
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA</b>	24		
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(62.913)	(67.211)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(374.157)	(183.502)
		<u>(437.070)</u>	<u>(250.713)</u>
<b>OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS</b>	24		
Pessoal e Administradores		(50.428)	(49.503)
Materiais		(1.878)	(3.358)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(95)	(5.878)
Serviços de Terceiros		(19.999)	(22.360)
Depreciação e Amortização		(70.804)	(68.189)
Provisões ( Reversões) Operacionais		(594)	(1.788)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(30.305)	(42.728)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(37.117)	(27.551)
Outros custos de operação		(2.350)	(2.404)
		<u>(213.570)</u>	<u>(223.759)</u>
<b>CUSTO TOTAL</b>		<b>(650.640)</b>	<b>(474.472)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>594.845</b>	<b>668.548</b>
<b>DESPESA OPERACIONAL</b>	24		
Despesas com Vendas		1.256	7.143
Despesas Gerais e Administrativas		(48.212)	(44.041)
Outras Despesas Operacionais		(34.400)	(24.845)
		<u>(81.356)</u>	<u>(61.743)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial		224.344	410.416
<b>Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos</b>		<b>737.833</b>	<b>1.017.221</b>
Receitas Financeiras	25	39.081	45.184
Despesas Financeiras	25	(108.753)	(157.598)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>		<b>668.161</b>	<b>904.807</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	10b	(152.403)	(175.636)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	16.087	12.178
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>531.845</b>	<b>741.349</b>
<b>Lucro Básico por ação ordinária</b>		<b>0,1836</b>	<b>0,2559</b>
<b>Lucro Diluído por ação ordinária</b>		<b>0,1836</b>	<b>0,2559</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.221.235	1.461.702
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	(173)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.221.235	1.461.529
Lucro atribuível aos acionistas	<u>1.221.235</u>	<u>1.461.529</u>

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	Jul a Set/13	Jul a Set /12 Reapresentado
RESULTADO DO EXERCÍCIO	531.845	741.349
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	(64)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>531.845</u>	<u>741.285</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 ANTERIORMENTE APRESENTADOS</b>	<b>3.296.785</b>	<b>989.503</b>	<b>799.788</b>	-	<b>5.086.076</b>
Efeitos de adoção de nova prática contábil – (Nota 2.3)	-	-	(13.114)	-	(13.114)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 REAPRESENTADO</b>	<b>3.296.785</b>	<b>989.503</b>	<b>786.674</b>	-	<b>5.072.962</b>
Resultado do período	-	-	-	1.461.702	1.461.702
Outros Resultados Abrangentes:					
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangente em controlada em conjunto	-	-	(173)	-	(173)
<b>Resultado abrangente do período</b>	-	-	<b>(173)</b>	<b>1.461.702</b>	<b>1.461.529</b>
Dividendos Propostos (R\$ 0,2091/ação)	-	(605.734)	-	-	(605.734)
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(138.559)	138.559	-
<b>SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012</b>	<b>3.296.785</b>	<b>383.769</b>	<b>647.942</b>	<b>1.600.261</b>	<b>5.928.757</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 ANTERIORMENTE APRESENTADOS</b>	<b>3.296.785</b>	<b>1.418.845</b>	<b>690.776</b>	-	<b>5.406.406</b>
Efeitos de adoção de nova prática contábil – (Nota 2.3)	-	-	(100.358)	-	(100.358)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 REAPRESENTADO</b>	<b>3.296.785</b>	<b>1.418.845</b>	<b>590.418</b>	-	<b>5.306.048</b>
Resultado do período	-	-	-	1.221.235	1.221.235
				<b>1.221.235</b>	<b>6.527.283</b>
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(84.362)	84.362	-
<b>SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013</b>	<b>3.296.785</b>	<b>1.418.845</b>	<b>506.056</b>	<b>1.305.597</b>	<b>6.527.283</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do Exercício	1.221.235	1.461.702
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	215.971	236.778
Baixas Líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	1.477	2.295
Perdas na Alienação de Investimentos	94.080	-
Equivalência Patrimonial	(340.794)	(485.097)
Juros e Variações Monetárias	306.663	358.037
Imposto de Renda e Contribuição Social	444.136	488.238
Provisões para Perdas Operacionais	8.267	2.215
Obrigações Pós-Emprego	44.320	37.695
	<b>1.995.355</b>	<b>2.101.863</b>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(87.500)	(29.328)
Tributos Compensáveis	(6.218)	638
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	56.236	(1.094)
Transporte de Energia	38.086	(1.031)
Depósito Judiciais	(6.116)	(3.689)
Dividendos Recebidos	183.486	126.683
Ativo Financeiro da Concessão	288.031	35.460
Outros	(5.706)	(39.600)
	<b>460.299</b>	<b>88.039</b>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	8.223	16.704
Tributos e Contribuição Social	(4.242)	5.133
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(70.585)	(19.913)
Salários e Contribuições Sociais	(3.309)	(2.547)
Encargos Regulatórios	51.681	11.850
Obrigações Pós-Emprego	(29.572)	(33.785)
Participação nos Lucros	22.336	20.254
Outros	29.961	(22.316)
	<b>4.493</b>	<b>(24.620)</b>
<b>Caixa Gerado nas Operações</b>	<b>2.460.147</b>	<b>2.165.282</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(420.435)	(461.534)
Juros Pagos	(256.484)	(419.118)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>1.783.228</b>	<b>1.284.630</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Em Investimentos	(260.435)	(248.976)
Caixa Recebido na Alienação de Investimentos	71.429	-
No Imobilizado	(1.938)	(56.225)
No Intangível	(11.001)	(80)
No Ativo Financeiro	(80.696)	(70.079)
Em Títulos e Valores Mobiliários	(230.829)	(687.249)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(513.470)</b>	<b>(1.062.609)</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.



	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Financiamentos Obtidos	-	2.362.468
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(226.501)	(439.001)
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(584.557)	(2.663.709)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(811.058)</b>	<b>(740.242)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
	<b>458.700</b>	<b>(518.221)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No início do exercício	509.152	1.150.309
No fim do exercício	967.852	632.088
	<b>458.700</b>	<b>(518.221)</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

### PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	30/09/2013		30/09/2012	
			Reapresentado	
<b>RECEITAS</b>				
Venda de Energia e Serviços	4.493.958		4.166.371	
Receita de Construção	80.696		70.079	
Investimentos em Imobilizado	18.397		55.657	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	253		(559)	
Caixa recebido na Alienação de Investimentos	71.429		-	
	<b>4.664.733</b>		<b>4.291.548</b>	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(977.694)		(460.844)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(204.349)		(219.381)	
Serviços de Terceiros	(135.427)		(129.756)	
Materiais	(63.408)		(82.616)	
Matéria- Prima e Insumos para Produção de Energia	(51.812)		(6.040)	
<b>Outros Custos Operacionais:</b>				
Custo na Alienação de Investimentos	(165.509)		-	
Concessão Onerosa	(15.906)		(20.145)	
Outros	(24.860)		(21.927)	
	<b>(1.638.965)</b>		<b>(940.709)</b>	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>3.025.768</b>		<b>3.350.839</b>	
<b>RETENÇÕES</b>				
Depreciação e Amortização	(215.971)		(236.778)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>2.809.797</b>		<b>3.114.061</b>	
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
Resultado de Equivalência Patrimonial	340.794		485.097	
Receitas Financeiras	85.462		105.070	
	<b>3.236.053</b>		<b>3.704.228</b>	
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>3.236.053</b>		<b>3.704.228</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
		%		%
<b>Empregados</b>	<b>290.548</b>	<b>8,98</b>	<b>246.666</b>	<b>6,66</b>
Remuneração direta	183.723	5,68	169.496	4,58
Benefícios	66.027	2,04	58.120	1,57
FGTS	10.898	0,34	11.263	0,30
Programas de Desligamento de Empregados	29.900	0,92	7.787	0,21
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>1.344.664</b>	<b>41,55</b>	<b>1.545.418</b>	<b>41,72</b>
Federais	1.007.873	31,14	1.199.557	32,38
Estaduais	336.138	10,39	344.694	9,31
Municipais	653	0,02	1.167	0,03
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>379.606</b>	<b>11,73</b>	<b>450.442</b>	<b>12,16</b>
Juros	365.704	11,30	436.959	11,80
Aluguéis	13.902	0,43	13.483	0,36
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>1.221.235</b>	<b>37,74</b>	<b>1.461.702</b>	<b>39,46</b>
Lucros Acumulados	1.221.235	37,74	1.461.702	39,46
	<b>3.236.053</b>	<b>100,00</b>	<b>3.704.228</b>	<b>100,00</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 51 Usinas, sendo 47 Usinas Hidrelétricas, 3 Eólicas e 1 Termelétrica e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão (informações não revisadas pelos auditores independentes).

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO

#### 2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2012, exceto pelos novos pronunciamentos mencionados na nota explicativa nº 2, item 2.2, destas informações contábeis intermediárias. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias

devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva e aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2013.

Em 13 de novembro de 2013, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis.

## **2.2. Novos pronunciamentos contábeis adotados a partir de 2013 e reclassificações contábeis**

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Companhia adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 e as aplicou, para apresentação destas informações contábeis intermediárias, de maneira retrospectiva. Estão destacadas abaixo as principais alterações com efeito nestas informações contábeis intermediárias.

### CPC.33 (R1) e IAS 19 revisada – Benefícios a empregados

As modificações alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente como resultado abrangente diretamente no Patrimônio Líquido, de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão sejam reconhecidos no Balanço Patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit dos planos.

### CPC.19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em Joint Ventures. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures e as entidades controladas em conjunto devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No critério anterior do IAS 31, permitia-se a contabilização pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de consolidação proporcional para as entidades controladas em conjunto.

Em função da adoção dessa norma, a Companhia passou a contabilizar pelo método de equivalência patrimonial todas as suas participações em entidades onde detém o controle em conjunto, não mais utilizando o método de consolidação proporcional.

## Reclassificações de Saldos Contábeis de 30 de setembro de 2012

Alguns saldos das Informações Contábeis Intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2012, originalmente emitidas em 14 de novembro de 2012, apesar de imateriais, estão sendo reclassificados para fins de comparação com as Informações Contábeis Intermediárias do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013.

A Companhia decidiu ajustar os saldos comparativos de 30 de setembro de 2012 para a apresentação nas Informações Contábeis Intermediárias de 30 de setembro de 2013, com o objetivo de manter a melhor comparação dos saldos.

A seguir, apresentamos um resumo das Informações Contábeis Intermediárias que sofreram modificações em função das novas práticas contábeis ou em função das reclassificações mencionadas acima:

BALANÇO PATRIMONIAL	01/01/2012		
	Publicado	Obrigações Pós Emprego	Saldo Reapresentado
<b>Total do Ativo</b>	<b>11.649.033</b>	-	<b>11.649.033</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>5.194.152</b>	-	<b>5.194.152</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>			
Benefícios Pós-Emprego	421.404	19.870	441.274
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	309.260	(6.756)	302.504
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>1.368.805</b>	<b>13.114</b>	<b>1.381.919</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	799.788	(13.114)	786.674
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>5.086.076</b>	<b>(13.114)</b>	<b>5.072.962</b>

BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2012		
	Publicado	Obrigações Pós Emprego	Saldo Reapresentado
<b>Total do Ativo</b>	<b>12.078.511</b>	-	<b>12.078.511</b>
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>2.389.760</b>	-	<b>2.389.760</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>			
Benefícios Pós-Emprego	433.197	152.057	585.254
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	328.673	(51.699)	276.974
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>4.282.345</b>	<b>100.358</b>	<b>4.382.703</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	690.776	(100.358)	590.418
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>5.406.406</b>	<b>(100.358)</b>	<b>5.306.048</b>

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	30/09/2012			
	NOTA	Publicado	Reclassificações	Saldo Reapresentado
Receitas	a	4.235.891	55.657	4.291.548
Insumos adquiridos de terceiros	a	(888.281)	(52.428)	(940.709)
Receitas Financeiras	a	99.744	5.326	105.070
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>a</b>	<b>3.695.673</b>	<b>8.555</b>	<b>3.704.228</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>				
Empregados	a	244.051	2.615	246.666
Impostos, taxas e Contribuições	a	1.544.825	593	1.545.418
Remuneração de capitais de terceiros	a	445.095	5.346	450.442
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>3.695.673</b>	<b>8.555</b>	<b>3.704.228</b>

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- a) Segregação dos investimentos da companhia em imobilizado, intangíveis e ativos de concessão por natureza de gastos;

### 2.3. Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Demonstrações Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas de 31 de dezembro de 2012 e as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de setembro de 2013, está relacionada a seguir:

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2012	30/09/2013	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
4	4	OS Efeitos da Medida Provisória Nº 579 de 11 de Setembro de (Convertida em Lei de Nº 12.783 de 11 de Janeiro de 2013)
5	29	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes De Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores
9	8	Tributos Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar
11	10	Imposto de Renda e Contribuição Social
12	11	Depósitos Vinculados a Litígios
13	12	Ativos Financeiros da Concessão
14	13	Investimentos
15	14	Imobilizado
16	15	Intangíveis
17	16	Fornecedores
18	17	Impostos, Taxas e Contribuições
19	18	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
20	19	Encargos Regulatórios
21	20	Obrigações Pós-Emprego
22	21	Provisões
23	22	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
24	23	Receita
25	24	Custos e Despesas Operacionais
26	25	Receitas e Despesas Financeiras
27	26	Transações com Partes Relacionadas
28	27	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
29	28	Mensuração Pelo Valor Justo
34	30	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2012 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias, pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não ser aplicável às informações intermediárias, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
30	Seguros
31	Obrigações Contratuais
32	Demonstrações Segregadas por Empresa
33	Demonstração dos Fluxos de Caixa

### 3. PRINCIPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme informado no item 2.2, em função de alteração no CPC.19 (R2), a Companhia passou, a partir de 1º de janeiro de 2013, a não mais apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

### 4. OS EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA EM LEI DE Nº 12.783 DE 11 DE JANEIRO DE 2013)

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, através de Despacho em 3 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra ato do Ministério de Minas e Energia onde não foi analisado o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina de Jaguará até o julgamento final da ação.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar no novo Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra decisão do Ministério de Minas e Energia que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Hidrelétrica de Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Dessa forma, a Companhia vem registrando as receitas e custos e despesas operacionais da usina em conformidade às práticas contábeis vigentes, considerando que permanece no controle do Ativo.

A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2013	31/12/2012 Reclassificado	01/01/2012 Reapresentado
Contas Bancárias	7.295	2.981	2.039
Aplicações Financeiras:			
Certificados de Depósitos Bancários	872.205	477.516	976.474
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-
Outros	16.746	28.655	171.796
	<b>888.951</b>	<b>506.171</b>	<b>1.148.270</b>
	<b>896.246</b>	<b>509.152</b>	<b>1.150.309</b>

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 80% a 111% conforme operação). As operações compromissadas afirmam, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo Banco, a vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais, com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado.

	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Certificados de Depósitos Bancários	526.853	324.147	170.239
Letras Financeiras Bancos	153.621	129.230	-
Debêntures	18.936	27.774	-
Letras do Tesouro Nacional	82.842	-	-
Outros	6.136	4.802	-
	<b>788.388</b>	<b>485.953</b>	<b>170.239</b>
<b>Circulante</b>	<b>743.244</b>	<b>445.639</b>	<b>170.239</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>45.144</b>	<b>40.314</b>	<b>-</b>



A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, está apresentada na Nota Explicativa nº 27.

## 7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		
				30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Industrial	218.996	16.463	34.236	269.695	261.323	247.682
Comércio, Serviços e Outras	4.218	18	22	4.258	4.443	2.331
Suprimento a Outras Concessionárias	217.100	41.145	6.420	264.665	215.817	185.787
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	15.361	18.788	15.575	49.724	20.777	23.779
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	(5.383)	(6.633)	(4.629)
	<b>455.675</b>	<b>76.414</b>	<b>56.253</b>	<b>582.959</b>	<b>495.727</b>	<b>454.950</b>
Circulante				<b>582.646</b>	<b>494.893</b>	<b>454.950</b>
Não Circulante (*)				<b>313</b>	<b>834</b>	-

(\*) – O saldo está classificado dentro de Outros Ativos Não Circulantes

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 27 das Informações Contábeis Intermediárias.

## 8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
<b>Circulante</b>			
ICMS a Recuperar	25.465	21.520	18.093
PASEP	641	678	1.842
COFINS	2.970	3.141	8.563
Outros	1.319	1.369	1.136
	<b>30.395</b>	<b>26.708</b>	<b>29.634</b>
<b>Não Circulante</b>			
ICMS a Recuperar	28.702	25.815	24.716
PASEP	1.991	2.056	750
COFINS	9.230	9.521	3.455
	<b>39.923</b>	<b>37.392</b>	<b>28.921</b>
	<b>70.318</b>	<b>64.100</b>	<b>58.555</b>

Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar no Ativo Não Circulante, decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, podem ser compensados em 48 meses, a partir da data de sua formação.

## 9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2013 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2013, registrados na rubrica de Impostos de Renda e Contribuições Sociais no Passivo Circulante.

	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda	26.118	67.260	22.214
Contribuição Social	-	15.094	4.655
	<b>26.118</b>	<b>82.354</b>	<b>26.869</b>

## 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
<b>ATIVO</b>			
Obrigações Pós-Emprego	145.770	140.358	90.751
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.830	2.255	1.574
Taxa Administração	727	741	741
Concessão onerosa	61.499	60.586	58.049
Tributos Exigibilidade Suspensa	25.308	25.308	25.308
Provisões	6.681	4.747	4.878
Outros	13.834	6.535	5.138
	<b>255.649</b>	<b>240.530</b>	<b>186.439</b>
<b>PASSIVO</b>			
Variação Cambial	-	-	(219)
Custo Atribuído	(324.764)	(355.854)	(411.650)
Ajuste a Valor Presente de Concessão Onerosa	(79.743)	(80.272)	(77.074)
Ganho na Indenização sobre ativos de transmissão	(80.844)	(80.844)	-
Custo de Captação	(388)	(534)	-
	<b>(485.739)</b>	<b>(517.504)</b>	<b>(488.943)</b>
<b>Total do Passivo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial</b>	<b>(230.090)</b>	<b>(276.974)</b>	<b>(302.504)</b>

### b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	30/09/2013	30/09/2012
<b>Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>1.665.371</b>	<b>1.949.940</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(566.226)	(662.979)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	9.013	10.342
Resultado de Equivalência Patrimonial	115.870	164.933
Multas Indedutíveis	(2.952)	(47)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(2.027)	(2.372)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	1.013	217
Outros	1.173	1.668
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social- Despesa Efetiva</b>	<b>(444.136)</b>	<b>(488.238)</b>
Imposto Corrente	(491.019)	(542.972)
Imposto Diferido	46.883	54.734
	<b>(444.136)</b>	<b>(488.238)</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>26,67%</b>	<b>25,04%</b>

	Jul a Set/2013	Jul a Set/2012
<b>Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>668.161</b>	<b>904.807</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(227.175)	(307.634)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	4.187	5.875
Resultado de Equivalência Patrimonial	76.277	139.542
Juros S/ Capital Próprio – Revertido (1)	12.304	-
Multas Indedutíveis	(942)	(10)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.046)	(1.354)
Ajuste do Imposto de Renda e Contribuição Social – Exercício Anterior	(408)	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(67)	21
Outros	554	102
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social- Despesa Efetiva</b>	<b>(136.316)</b>	<b>(163.458)</b>
Imposto Corrente	(152.403)	(175.636)
Imposto Diferido	16.087	12.178
	<b>(136.316)</b>	<b>(163.458)</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>20, 40%</b>	<b>18,07%</b>

(1) Refere-se a efeito tributário sobre JCP revertido

## 11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
<b>Trabalhista</b>	<b>50.975</b>	<b>44.061</b>	<b>35.615</b>
<b>Obrigações Fiscais</b>			
Imposto de Renda sob JCP	8.014	8.014	8.014
PASEP/COFINS	101.233	101.233	101.233
Outros	4.417	2.917	2.861
	<b>113.664</b>	<b>112.164</b>	<b>112.108</b>
<b>Outros</b>			
Bloqueio Judicial	375	2.560	2.252
Cível	4	-	-
Recon	173	533	
Outros	283	40	535
Outros	<b>835</b>	<b>3.133</b>	<b>2.787</b>
	<b>165.474</b>	<b>159.358</b>	<b>150.510</b>

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 17 das Informações Contábeis Intermediárias.

## 12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (g), das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012, os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig Geração e Transmissão e a ANEEL.

Dos valores registrados nessa rubrica, R\$542.081 referem-se à indenização prevista para os ativos de transmissão relativos ao contrato de concessão 006/97, formados até maio de 2000, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em cumprimento à Portaria 267 de 13 de agosto de 2013, realizará estudos para a definição do Valor Novo de Reposição - VNR relativo aos ativos considerados

não depreciados, existentes em 31 de maio de 2000, das concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo art. 17, § 5º, da Lei no 9.074/95 e definirá, até 31 de dezembro de 2013, a regra e os prazos para o envio, pelas concessionárias de transmissão, das informações necessárias para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis existentes em 31 de maio de 2000, não depreciados até 31 de dezembro de 2012. A ANEEL abriu a Audiência Pública Nº 101/2013 com o intuito de obter subsídios para o estabelecimento de critérios e procedimentos que viabilizará a valoração de tais ativos. Caberá ao Ministério de Minas e Energia definir as diretrizes complementares com relação à forma e prazo de pagamento dos valores de que trata a referida Portaria.

O saldo restante refere-se a investimentos em transmissão que serão remunerados através de tarifa, conforme estabelecido pela ANEEL através de autorizações específicas.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	30/09/213	31/12/2012	01/01/2012 Reapresentado
Contrato 006/97 - Indenização a Receber	542.081	827.519	-
Contrato 006/97 - Ativos Remunerados por Tarifa	209.831	130.643	708.429
Contrato 079/00 - Ativos Remunerados por Tarifa	45.525	47.258	49.909
	<b>797.437</b>	<b>1.005.420</b>	<b>758.338</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.254</b>	<b>287.692</b>	<b>42.106</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>795.183</b>	<b>717.728</b>	<b>716.232</b>

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.005.420</b>
Adição	80.696
Recebimentos	(288.031)
Transferências	262
Baixas	(910)
<b>Saldo em 30 de setembro 2013</b>	<b>797.437</b>

### 13. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas em conjunto.

	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Hidrelétrica Cachoeirão	33.396	32.435	26.702
Guanhães Energia	70.153	20.001	10.443
Hidrelétrica Pipoca	25.653	20.419	19.511
Madeira Energia	559.678	427.944	165.558
Lightger	43.561	40.265	39.084
Baguari Energia	202.937	193.845	198.063
EBTE	-	153.618	143.770
Central Eólica Praias de Parajuru	59.078	59.991	61.547
Central Eólica Volta do Rio	74.966	74.136	82.392
Central Eólica Praias de Morgado	60.499	62.352	63.629
TAESA	2.450.474	2.251.094	2.060.362
Amazônia Energia	271.786	203.272	109.518
	<b>3.852.181</b>	<b>3.539.372</b>	<b>2.980.579</b>

#### a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Estes ativos está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

b) A movimentação dos investimentos em controladas em conjunto é a seguinte:

Sociedades	31/12/2012	Equivalênci a Patrimonial	Aportes/ Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	Alienação EBTE (*)	30/09/2013
Hidrelétrica Cachoeirão	32.435	5.941	-	(4.980)	-	-	33.396
Guanhães Energia	20.001	152	51.751	-	(1.751)	-	70.153
Hidrelétrica Pipoca	20.419	3.003	-	2.231	-	-	25.653
Madeira Energia	427.944	(5.975)	137.709	-	-	-	559.678
Baguari Energia	193.845	9.050	-	42	-	-	202.937
EBTE	153.618	11.890	-	-	-	(165.508)	-
Central Eólica Praias de Parajuru	59.991	(913)	-	-	-	-	59.078
Central Eólica Volta do Rio	74.136	830	-	-	-	-	74.966
Central Eólica Praias de Morgado	62.352	(1.853)	-	-	-	-	60.499
TAESA	2.251.094	317.450	-	(118.070)	-	-	2.450.474
Lightger	40.265	3.680	-	(384)	-	-	43.561
Amazônia Energia	203.272	(2.461)	70.975	-	-	-	271.786
	<b>3.539.372</b>	<b>340.794</b>	<b>260.435</b>	<b>(121.161)</b>	<b>(1.751)</b>	<b>(165.508)</b>	<b>3.852.181</b>

(\*) Vide Operação de reestruturação societária com a Taesa a seguir para maiores detalhes.

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 30 de setembro 2013			Em 31 de dezembro de 2012		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	68.155	49,00	35.000	66.193
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	52.000	143.169	49,00	20.308	40.819
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	52.353	49,00	41.360	41.671
Madeira Energia	6.346.671.724	10,00	6.446.672	5.596.780	10,00	5.069.572	4.279.438
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	292.459	69,39	10	279.340
EBTE	-	-	-	-	49,00	263.058	313.507
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	120.567	49,00	70.056	122.430
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	152.992	49,00	117.230	151.298
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	123.467	49,00	52.960	127.249
Lightger	79.232.000	49,00	79.232	88.901	49,00	79.232	82.174
TAESA	1.033.496.721	43,36	3.042.034	5.651.462	43,36	3.042.035	5.191.638
Amazônia Energia	142.643.000	74,50	373.933	364.814	74,50	278.665	272.848

Sociedades	Quantidade de Ações	Janeiro a setembro de 2013		Janeiro a setembro de 2012	
		Dividendos	Lucro (Prejuízo)	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	10.163	12.125	3.430	10.989
Guanhães Energia	52.000.000	-	309	-	46
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	4.553	6.622	-	5.797
Madeira Energia	6.346.671.724	-	(59.758)	-	(248.930)
Baguari Energia	1.000.000	-	13.054	23.838	17.552
EBTE	263.058.339	-	-	-	13.177
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	-	(1.863)	-	(275)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	-	1.694	-	(10.734)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	-	(3.782)	-	(2.068)
Lightger	79.232.000	784	6.653	-	2.189
TAESA	1.033.496.721	272.301	732.127	428.532	482.639
Amazônia Energia	142.643.000	-	(3.303)	-	(3.388)

## Alienação de participação societária

### Conclusão da Operação de Alienação da Participação da Cemig GT na TBE para Taesa

Em 31 de maio de 2013, em cumprimento ao Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a controlada em conjunto indireta Taesa, celebrado em 17 de maio de 2012, foram concluídas as transferências, através da alienação dos ativos, para a TAESA, (i) das participações societárias diretas das concessionárias de transmissão Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE e Empresa Brasileira de Transmissão de Energia

S.A. – EBTE, e (ii) das participações societárias indiretas das concessionárias de transmissão de energia elétrica Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC, Lumitrans – Companhia Transmissora de Energia, Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE e Empresa de Transmissão Serrana – ETSE (em conjunto chamadas “Grupo TBE”).

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, a TAESA não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias, salvo se previamente autorizada pela CEMIG. Durante o período acima mencionado, a TAESA poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE (formado pelas empresas EATE, ETEP, ENTE, EBTE E ERTE), desde que transfira à CEMIG a diferença positiva obtida na referida alienação, cessão ou transferência, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência ao valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a TAESA, devidamente atualizado pela variação da taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil até o dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

A TAESA desembolsou pela transferência dos ativos adquiridos, o valor total de R\$ 1.691.415, já corrigidos pela variação acumulada do CDI a partir de 31/12/2011, descontados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou não, sendo o montante de R\$71.429 recebidos diretamente pela Companhia. Por conta desta transação, a Cemig GT registrou uma perda no resultado, no montante de R\$62.092, líquida dos efeitos de impostos, como demonstrado abaixo:

	Efeitos apurados
Valor recebido pelos ativos	71.429
Valor registrado dos ativos	(165.509)
Subtotal	(94.080)
Efeitos fiscais – IR e CS	31.988
<b>Efeito líquido no resultado do período</b>	<b>(62.092)</b>

### Investimento na Madeira Energia S.A. - MESA

Em 30 de setembro de 2013, a coligada Madeira Energia S.A. – MESA (“MESA”), apresentava excesso de passivos consolidados sobre ativos circulantes consolidados no montante de R\$355.102, decorrente, principalmente, da conta “fornecedores – consolidado” e da conta “Provisões socioambientais – consolidado”. Para equalização da situação do capital circulante negativo, até que as operações estejam em sua capacidade esperada gerando os resultados planejados, a MESA conta com aportes de recursos dos seus acionistas, estimados em R\$300.000 (não revisado pelos auditores independentes), a serem efetuados no próximo trimestre de 2013, bem como linhas de crédito, empréstimos e financiamentos com perfis de longo prazo em negociação, caso necessário.



## Investimento na Amazônia Energia S.A. - NESA

Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão No 001/2010 com a União através do MME – Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. Em função de manifestações de representações de comunidades da região da construção do empreendimento ocorreram paralisações nas obras. Essas paralisações não prejudicaram o cronograma final da obra. Estão em fase de discussão, entre a NESA e os fornecedores, eventuais impactos nos custos do empreendimento.

### Opções de venda

A Cemig GT concedeu ao Fundo de Participações Coliseu, que é acionista da TAESA, uma opção de venda da totalidade das ações que este Fundo detém na TAESA, exercível em 30 de outubro de 2014. O preço da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na TAESA, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela TAESA. Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo IPCA-IBGE acrescido de remuneração financeira de 7,0% ao ano.

O Fundo de Participação possui ações ordinárias emitidas pela TAESA, e atualmente exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa companhia. Desta maneira, estas opções foram consideradas instrumentos derivativos que devem estar contabilizados pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração dos valores justos de referidas opções, a Companhia observou o volume das ações da TAESA negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tais opções, se exercidas pelos Fundos, requererão a venda para a Companhia, de uma única só vez, das ações das referidas empresas em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração dos valores justos das opções. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto das opções de venda, também estimado na data do exercício das opções, trazidos a valor presente na data das demonstrações contábeis.

Com base nos estudos realizados, a Companhia não registrou obrigações em suas demonstrações financeiras decorrentes dessas opções, tendo em vista que a estimativa do valor justo das opções aproxima-se de zero.

### **Aquisição de participação na Brasil PCH**

Em 14 de junho de 2013, a Cemig GT celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Petróleo Brasileiro S.A. (“PETROBRAS”), para a aquisição de 49% das ações ordinárias da BRASIL PCH (“CCVA Brasil PCH”).

Em 8 de agosto de 2013 a Cemig GT celebrou Acordo de Investimento com Renova Energia S.A. (“RENOVA”), RR Participações S.A., Light Energia S.A. e CHIPLEY, tendo como objetivo regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da RENOVA, bem como a estruturação da CHIPLEY, sociedade com participação da Cemig GT e da RENOVA, para o qual foi cedido o CCVA Brasil PCH.

Nos termos do Acordo de Investimentos, a entrada no capital da RENOVA poderá ser feita diretamente pela Cemig GT ou através de um Fundo de Investimento em Participações, do qual a Cemig GT participe.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da BRASIL PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. (“Jobelpa”), detentora de 2% das ações da BRASIL PCH, exercerá o seu direito de venda conjunta (“tag along”).

Portanto, a CHIPLEY irá adquirir 51% de participação na BRASIL PCH (49% detidos pelo PETROBRAS e 2% detidos pela Jobelpa), passando a compartilhar seu controle.

O preço desta aquisição será de R\$676.531, na data base de 31 de dezembro de 2012, atualizados pela variação do CDI acrescida de 2% a.a. até a data do efetivo pagamento.

A conclusão da transação permanece sujeita a outras condições suspensivas, dentre as quais as aprovações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

## 14. IMOBILIZADO

	30/09/2013			31/12/2012			01/01/2012
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor Líquido
<b>Em Serviço</b>	<b>16.394.209</b>	<b>(11.408.512)</b>	<b>4.985.697</b>	<b>16.400.614</b>	<b>(11.198.031)</b>	<b>5.202.583</b>	<b>5.513.675</b>
Terrenos	374.817	-	374.817	374.817	-	374.817	380.056
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.156.721	(4.925.767)	2.230.954	7.156.602	(4.830.719)	2.325.883	2.513.072
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.076.044	(1.485.210)	590.834	2.075.811	(1.465.920)	609.891	549.482
Máquinas e Equipamentos	6.755.391	(4.978.215)	1.777.176	6.768.681	(4.883.319)	1.885.362	2.062.825
Veículos	21.626	(10.161)	11.465	15.092	(8.989)	6.103	7.597
Móveis e Utensílios	9.610	(9.159)	451	9.611	(9.084)	527	643
<b>Em Curso</b>	<b>216.252</b>	<b>-</b>	<b>216.252</b>	<b>211.690</b>	<b>-</b>	<b>211.690</b>	<b>164.078</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>16.610.461</b>	<b>(11.408.512)</b>	<b>5.201.949</b>	<b>16.612.304</b>	<b>(11.198.031)</b>	<b>5.414.273</b>	<b>5.677.753</b>

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Saldo em 01/01/2012	Saldo em 31/12/2012	Adição	Transferências/ Capitalização	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2013
<b>Em Serviço</b>	<b>5.513.675</b>	<b>5.202.583</b>	-	<b>(2.672)</b>	<b>(567)</b>	<b>(213.647)</b>	<b>4.985.697</b>
Terrenos	380.056	374.817	-	-	-	-	374.817
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.513.072	2.325.883	-	121	(1)	(95.049)	2.230.954
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	549.482	609.891	-	345	(90)	(19.312)	590.834
Máquinas e Equipamentos	2.062.825	1.885.362	-	(9.749)	(476)	(97.961)	1.777.176
Veículos	7.597	6.103	-	6.610	-	(1.248)	11.465
Móveis e Utensílios	643	527	-	1	-	(77)	451
							-
<b>Em Curso</b>	<b>164.078</b>	<b>211.690</b>	<b>1.938</b>	<b>2.624</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>216.252</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>5.677.753</b>	<b>5.414.273</b>	<b>1.938</b>	<b>(48)</b>	<b>(567)</b>	<b>(213.647)</b>	<b>5.201.949</b>

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

A depreciação dos itens do ativo imobilizado é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, como geração térmica, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

No caso das usinas hidrelétricas em regime de produção independente, a Companhia entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento.

### **Rescisão do Contrato de Concessão da UHE Itaocara**

Em 8 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Cemig aprovou o requerimento de rescisão do Contrato de Concessão nº 12/2001 (“Contrato de Concessão”) perante à Aneel, na forma do art. 4º - A da Lei nº 9.074/2005, introduzido pela Lei nº 12.839/2013.

O projeto inicial da UHE Itaocara (“Empreendimento”) enfrentou diversas restrições ambientais, tendo sido, inclusive, determinado o arquivamento de seu processo de licenciamento, uma vez que o IBAMA concluiu por sua inviabilidade. Entretanto, o Consórcio, ao longo dos últimos anos, buscou alternativas que viabilizassem ambientalmente o Empreendimento e revertissem os impedimentos então existentes, o que culminou na alteração do projeto, conforme Despacho ANEEL nº 3.634 de 06/09/2011, que definiu uma capacidade instalada de 145 MW. Desta forma, somente em dezembro de 2011 foi obtida a Licença Ambiental Prévia nº 428/2011 (“Licença Prévia”), dando início à etapa seguinte de busca da Licença Ambiental de Instalação, obtida finalmente em 29 de julho de 2013.

Diante do exposto, a decisão pelo requerimento de rescisão do Contrato de Concessão foi baseada na impossibilidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato de Concessão, em virtude do indeferimento, pelo Ministério de Minas e Energia, do requerimento para alteração do prazo de vigência deste último - de forma que a contagem do prazo de 35 anos da concessão tivesse início a partir da data da obtenção da Licença Prévia - configurando assim a perda de 12 anos no prazo da concessão e comprometendo o tempo de receita necessário para o retorno do investimento.

Cumprido ressaltar que a Cemig tem a intenção de permanecer com o Contrato de Concessão em caso de superveniência de qualquer decisão do Poder Concedente ou da legislação que possibilite a viabilização financeira da exploração do Empreendimento. Não obstante, a Cemig poderá participar de futuro leilão que licitar novamente o Empreendimento, se julgar conveniente.

Por fim, a Companhia informa que a referida rescisão do Contrato de Concessão não ensejará ônus à Cemig GT, uma vez que lhe serão assegurados os direitos conferidos pelo art. 4º - A da Lei nº 9.074/2005, introduzido pela Lei nº 12.839/2013, quanto (i) à liberação das garantias de cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão; (ii) ao não pagamento pelo Uso de Bem Público; e (iii) ao ressarcimento dos custos incorridos na elaboração de estudos ou projetos.

## 15. INTANGÍVEIS

	30/09/2013			31/12/2012 Reapresentado			01/01/2012 Reapresentado
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
<b>Em Serviço</b>	<b>79.306</b>	<b>(42.074)</b>	<b>37.232</b>	<b>71.788</b>	<b>(41.981)</b>	<b>29.807</b>	<b>31.992</b>
Servidão	13.291	(1.901)	11.390	12.877	(1.766)	11.111	11.292
Concessão Onerosa	34.649	(10.391)	24.258	25.428	(8.662)	16.766	18.818
Outros	31.366	(29.782)	1.584	33.483	(31.553)	1.930	1.882
<b>Em Curso</b>	<b>1.726</b>	<b>-</b>	<b>1.726</b>	<b>34.108</b>	<b>-</b>	<b>34.108</b>	<b>1.530</b>
<b>Intangível Líquido</b>	<b>81.032</b>	<b>(42.074)</b>	<b>38.958</b>	<b>105.896</b>	<b>(41.981)</b>	<b>63.915</b>	<b>33.522</b>

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

	01/01/2012	31/12/2012	Adição	Baixa	Amortização	Transferências	30/09/2013
<b>Em Serviço</b>	<b>31.992</b>	<b>29.807</b>	<b>9.221</b>	<b>-</b>	<b>(2.757)</b>	<b>961</b>	<b>37.232</b>
Servidão	11.292	11.111	-	-	(68)	347	11.390
Concessão Onerosa	18.818	16.766	9.221	-	(1.729)	-	24.258
Outros	1.882	1.930	-	-	(960)	614	1.584
<b>Em Curso</b>	<b>1.530</b>	<b>34.108</b>	<b>1.780</b>	<b>(33.201)</b>	<b>-</b>	<b>(961)</b>	<b>1.726</b>
Ativos em formação	1.530	34.108	1.780	(33.201)	-	(961)	1.726
<b>Total</b>	<b>33.522</b>	<b>63.915</b>	<b>11.001</b>	<b>(33.201)</b>	<b>(2.757)</b>	<b>-</b>	<b>38.958</b>

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que representam o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

## 16. FORNECEDORES

	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica	180.061	148.146	65.603
Materiais e Serviços	35.148	58.657	51.110
	<b>215.209</b>	<b>206.803</b>	<b>116.713</b>
Circulante	<b>214.792</b>	<b>206.569</b>	<b>116.509</b>
Não Circulante (*)	<b>417</b>	<b>234</b>	<b>204</b>

(\*) Apresentado no Balanço Patrimonial como outros passivos circulantes

## 17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS da Cemig Geração e Transmissão referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
<b>Circulante</b>			
ICMS	38.383	38.020	34.462
COFINS	22.623	25.111	23.038
PASEP	4.941	5.452	5.002
INSS	3.471	4.260	4.488
ISSQN	482	547	-
Outros	2.473	3.225	3.458
	<b>72.373</b>	<b>76.615</b>	<b>70.448</b>
<b>Não Circulante</b>			
COFINS	83.175	83.175	87.656
PASEP	18.058	18.058	19.030
	<b>101.233</b>	<b>101.233</b>	<b>106.686</b>
	<b>173.606</b>	<b>177.848</b>	<b>177.134</b>

## 18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	30/09/2013						31/12/2012	01/01/2012
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>								
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	-	-	-	-	1.387
<b>Dívida referente à Moeda Estrangeira</b>							-	<b>1.387</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>								
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	15.884	-	15.884	22.848	46.215
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	-	-	-	31.629	32.517
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	632.184	300.000	932.184	911.432	918.661
Banco Itaú – BBAS.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	27.550	-	27.550	43.068	87.064
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	793	1.605
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	7.901	90.297	98.198	103.955	111.678
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	487	-	487	1.003	69.925
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	31.921	-	31.921	34.677	1.550
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	2.168	-	2.168	12.998	25.603
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	7.593	15.339
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	4.673	-	4.673	46.006	92.972
FINEP	2018	TJLP + 5,00 ETJLP + 8	R\$	4.177	10.127	14.304	18.686	19.917
Banco do Brasil S.A.	2017	108,0 do CDI	R\$	15.441	442.348	457.789	447.250	492.838
Consórcio Pipoca (3)	2013	IPCA	R\$	185	-	185	186	185
<b>Dívida em Moeda Nacional</b>				<b>742.571</b>	<b>842.772</b>	<b>1.585.343</b>	<b>1.682.124</b>	<b>1.916.069</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>				<b>742.571</b>	<b>842.772</b>	<b>1.585.343</b>	<b>1.682.124</b>	<b>1.917.456</b>
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (1) (2)	2031	IGP-M	R\$	-	57.447	57.447	52.758	46.896
Debêntures (1)	2015	IPCA + 7,68	R\$	512.828	476.499	989.327	1.444.590	1.367.936
Debêntures (1)	2012	CDI + 0,90	R\$	25.575	479.884	505.459	517.396	1.754.714
Debêntures (1)	2019	IPCA + 6,00	R\$	8.096	217.913	226.009	220.211	-
Debêntures (1)	2022	IPCA + 6,20	R\$	28.033	729.967	758.000	738.884	-
<b>Total de Debêntures</b>				<b>574.532</b>	<b>1.961.710</b>	<b>2.536.242</b>	<b>2.973.839</b>	<b>3.169.546</b>
<b>Total Geral Consolidado</b>				<b>1.317.103</b>	<b>2.804.482</b>	<b>4.121.585</b>	<b>4.655.963</b>	<b>5.087.002</b>

(1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.  
 (2) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.  
 (3) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
<b>Indexadores</b>									
IGP-M (1)	-	-	-	-	-	-	-	57.448	57.448
FINEL (2)	2.168	-	-	-	-	-	-	-	2.168
IPCA (3)	86.729	462.232	476.522	-	-	108.904	108.954	730.179	1.973.520
CDI (4)	753.308	300.394	147.401	147.401	627.443	-	-	-	1.975.947
TJLP/URTJ	3.258	11.761	10.274	9.977	9.977	9.390	7.630	50.235	112.502
	<b>845.463</b>	<b>774.387</b>	<b>634.197</b>	<b>157.378</b>	<b>637.420</b>	<b>118.294</b>	<b>116.584</b>	<b>837.862</b>	<b>4.121.585</b>

(1) Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M  
 (2) Índice Interno da Eletrobrás - FINEL  
 (3) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA  
 (4) Certificado Depósito Interbancário – CDI

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	30/09/2013 (%)	30/09/2012 (%)	Jul a Set/2013 (%)	Jul a Set/2012 (%)	Indexador	30/09/2013 (%)	30/09/2012 (%)	Jul a Set/2013 (%)	Jul a Set/2012 (%)
Dólar Norte-Americano	0,65	8,25	9,13	0,46	IPCA	1,91	3,77	3,69	1,42
Euro	4,70	7,26	11,97	1,96	FINEL	0,38	1,39	0,73	0,75
					CDI	2,08	6,59	5,62	1,91
					IGP-M	0,62	7,09	3,79	3,78

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>4.655.963</b>
Variação monetária e cambial	82.076
Encargos financeiros provisionados	224.587
Encargos Financeiros Pagos	(256.484)
Amortização de financiamentos	(584.557)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2013</b>	<b>4.121.585</b>

## Garantias

Em 30 de setembro de 2013 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

	2013
Nota Promissória e Aval	3.058.338
Recebíveis	16.472
Sem Garantia	1.046.775
<b>TOTAL</b>	<b>4.121.585</b>

## Debêntures

As Debêntures de emissão da Cemig Geração e Transmissão e suas controladas e controladas em conjunto em 30 de setembro de 2013, possuem as seguintes características:



Empresa Emissora	Forma e Classe	Vencimentos	Tipo garantia	Encargos	COVENANTS	Saldo em 2013	Saldo em 2012	Saldo em 2011
DEBÊNTURES - 1º EMISSÃO - CEMIG	Simplex não Conversíveis	2012	Quirografia	CDI+0,90	Não há	-	-	1.754.714
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simplex não Conversíveis	2014	Não há	IGP-M	Não há	57.447	52.758	46.896
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simplex não Conversíveis	2015	Não há	IPCA + 7,68	Não há	989.327	1.444.590	1.367.936
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simplex não Conversíveis	2017	Quirografia	CDI - 0,90%	Não há	505.459	517.395	-
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simplex não Conversíveis	2019	Quirografia	IPCA - 6,2%	Não há	758.000	738.885	-
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simplex não Conversíveis	2022	Quirografia	IPCA - 6,0%	Não há	226.009	220.211	-
<b>TOTAL</b>						<b>2.536.242</b>	<b>2.973.839</b>	<b>3.169.546</b>

(1) Sem cláusula de repactuação, e não há debêntures em tesouraria.

### a) Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestrais, coincidentes com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/LAJIDA	Menor ou igual a 3,36
Dívida Circulante (1)/LAJIDA (2)	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
LAJIDA (2)/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
Despesas de Capital/LAJIDA (2)	Menor ou igual a 60%

- (1) Dívida Circulante = Somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures);
- (2) LAJIDA = é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do LAJIDA, com algumas variações em relação à fórmula mencionada.

## 19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Reserva Global de Reversão - RGR	87.756	23.656	16.379
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	5.029	9.333
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	3.022	7.337	6.505
Taxa de Fiscalização da ANEEL	4.569	1.634	1.598
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	4.647	4.466	3.838
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	3.259	2.774	2.548
Pesquisa e Desenvolvimento	64.928	71.845	86.596
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.723	1.482	1.368
	<b>169.904</b>	<b>118.223</b>	<b>128.165</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>55.945</b>	<b>75.288</b>	<b>58.003</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>113.959</b>	<b>42.935</b>	<b>70.162</b>

## 20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

### Fundo de Pensão Forluz

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012 Reapresentado</b>	<b>239.441</b>	<b>182.826</b>	<b>4.874</b>	<b>169.706</b>	<b>596.847</b>
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	15.864	14.760	395	13.301	44.320
Contribuições Pagas	(17.033)	(10.167)	(324)	(2.048)	(29.572)
<b>Passivo Líquido em 30 de setembro de 2013</b>	<b>238.272</b>	<b>187.419</b>	<b>4.945</b>	<b>180.959</b>	<b>611.595</b>
<b>Passivo Circulante 30 de setembro de 2013</b>					<b>12.625</b>
<b>Passivo Não Circulante 30 de setembro de 2013</b>					<b>598.970</b>

Os valores registrados, no Circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig GT, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

Em 2013, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa 2.2, a Companhia reconheceu no resultado abrangente os ganhos e perdas atuariais que até 31 de dezembro de 2012 somente estavam divulgados nas Demonstrações Contábeis.

## 21. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Saldo em 01/01/2012	Saldo em 31/12/2012	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 30/09/2013
Trabalhistas	8.112	6.707	10.526		(2.357)	14.876
Cíveis	411	287	25	(266)	(25)	21
Tributárias	1.217	1.860	976	-	(5)	2.831
Ambientais	3.890	4.183	143	(3.425)	(67)	834
Regulatórias	179	-	2	-	-	2
Outras	538	926	555	(16)	(380)	1.085
<b>Total</b>	<b>14.347</b>	<b>13.963</b>	<b>12.227</b>	<b>(3.707)</b>	<b>(2.834)</b>	<b>19.649</b>

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

**Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.**

### Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$41.829, dos quais R\$14.876 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

## Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas no montante de R\$2.908, dos quais R\$21 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

## Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$18.014, dos quais R\$2.831 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões

## Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$2.895, dos quais R\$834 foram provisionados.

### *Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas*

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$1.745.555. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível, pois embora não haja demonstração cabal dos argumentos vertidos pela parte contrária, dependerá de prova pericial para corroborar tais argumentos apresentados.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual, desde 1997, das respectivas usinas, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas da Cemig, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída e o valor da contingência é de R\$103.994.

### Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$7.068, dos quais R\$1.087 foram provisionados. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

**Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.**

### Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

#### *Indenização do Anuênio*

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e do INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$50.148

#### *Contribuições Previdenciárias*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$374.855, e classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

### *Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários*

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$50.537 e a probabilidade de perda foi classificada como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados. Fundamentados na jurisprudência favorável sobre o tema, os assessores jurídicos da Companhia reavaliaram a probabilidade de perda de diversas ações para remota.

### Questões Regulatórias

#### *Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)*

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$143.196. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

#### *Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética*

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, na qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos

dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em julho de 2013, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, indeferiu o pedido de Suspensão de Liminar formulado pela União contra decisões da Justiça Federal em favor da APINE.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância. Julgando os pedidos liminares feitos nesse Agravo de Instrumento, o Des. Relator da Sexta Turma do TRF1 deferiu o pedido de efeito suspensivo da decisão liminar de primeira instância, para restabelecer os efeitos dos art. 2º e 3º da Resolução CNPE 03/2013.

A APINE apresentou pedido de reconsideração ao Des. Relator da Sexta Turma do TRF1 alegando, em síntese, a intempestividade do recurso da União além da inexistência de prevenção deste juízo e, por fim, reiterou os mesmos motivos de mérito que levaram ao deferimento da liminar.

Ante o risco de que o referido pedido de Reconsideração não fosse apreciado a tempo de evitar danos aos seus associados e com fundamento na intempestividade do recurso de Agravo apresentado pela União Federal, a APINE ajuizou Mandado de Segurança contra a decisão judicial que recebeu o Agravo de Instrumento e que proveu seu pedido Liminar.

O TRF1 deu provimento ao pedido liminar feito pela APINE neste Mandado de Segurança para suspender os efeitos da liminar concedida à União Federal nos autos do Agravo de Instrumento e, portanto, restabelecer os efeitos da Liminar concedida nos autos da ação principal.

O julgamento definitivo do Agravo de Instrumento interposto pela União Federal já foi iniciado, mas encontra-se suspenso pelo pedido de vista realizado por um dos julgadores para apreciar questão de ordem atinente à possível existência de conflito de competência entre a 3ª e a 4ª Seção do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Atualmente este Agravo se encontra na 3ª Seção sendo que, segundo as distribuições de competências do TRF1 esta competência seria da 4ª Seção.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a junho de **2013, utilizando-se dos critérios anteriores a Resolução mencionada. Dessa forma, a** Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$102.849. Com base nos argumentos e fatos apresentados acima, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como “possível”.

## Ambientais

### *Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas*

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$1.710.331. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível, pois embora não haja demonstração cabal dos argumentos vertidos pela parte contrária, dependerá de prova pericial para corroborar tais argumentos apresentados.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas da Cemig, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída e o valor da contingência é de R\$103.994.

## **22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em 30 de setembro de 2013, o Capital Social da Companhia é de R\$3.296.785, representado, em 2013, por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

Em 2013 a companhia efetuou pagamento no montante de R\$217.500 a título de JCP (juros sobre capital próprio) e dividendos.

### Lucro por ação

O Lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	<b>30/09/2013</b>	<b>30/09/2012</b>
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do período	1.221.235	1.461.702
Lucro por ação (em R\$)	0,4216	0,5046

	<b>Jul a Set/13</b>	<b>Jul a Set/12</b>
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do período	531.845	741.349
Lucro por ação (em R\$)	0,1836	0,2559



## Ajustes de avaliação patrimonial

	30/09/2013	31/12/2012
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(100.358)	(100.358)
Custo Atribuído de Imobilizado	606.413	690.776
<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>506.055</b>	<b>590.418</b>

## 23. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	30/09/2013	30/09/2012
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	3.484.019	3.290.704
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	354.000	597.015
Receita de Construção (b)	80.696	70.079
Transações com energia na CCEE	640.012	261.042
Outras receitas operacionais	15.928	17.610
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (c)	(853.038)	(932.634)
	<b>3.721.617</b>	<b>3.303.816</b>

	Jul a Set/13	Jul a Set/12
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.369.035	1.186.630
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	122.497	195.529
Receita de Construção (b)	37.117	27.552
Transações com energia na CCEE	4.565	45.912
Outras receitas operacionais	5.224	6.154
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (c)	(292.953)	(318.757)
	<b>1.245.485</b>	<b>1.143.020</b>

### (a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Industrial	13.517.710	15.047.448	1.906.681	2.037.580
Comercial	225.233	166.019	48.016	32.485
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	7.397	15.445
	13.742.943	15.213.467	1.962.094	2.085.510
Suprimento a Outras Concessionárias(**)	11.973.572	10.360.298	1.521.925	1.205.194
	<b>25.716.515</b>	<b>25.573.765</b>	<b>3.484.019</b>	<b>3.290.704</b>

	MWh (*)		R\$	
	Jul a Set/13	Jul a Set/12	Jul a Set/13	Jul a Set/12
Industrial	4.743.203	5.292.054	679.347	723.377
Comercial	73.422	57.732	15.785	11.330
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	53.113	11.054
	<b>4.816.625</b>	<b>5.349.786</b>	<b>748.245</b>	<b>745.761</b>
Suprimento a Outras Concessionárias(**)	4.105.497	3.490.025	620.790	440.869
	<b>8.922.122</b>	<b>8.839.811</b>	<b>1.369.035</b>	<b>1.186.630</b>

(\*) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

(\*\*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

## (b) Receita de Construção

Refere-se à receita apropriada quando da construção dos ativos de transmissão com base em parcela do fluxo de caixa adicional previsto em função do novo empreendimento, sendo alocados em conformidade ao estágio de conclusão da obra.

## (c) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	30/09/2013	30/09/2012
<b>Tributos sobre a Receita</b>		
ICMS	335.835	344.395
COFINS	308.316	303.680
PIS-PASEP	66.957	65.927
ISSQN	503	565
	<b>711.611</b>	<b>714.567</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>		
Reserva Global de Reversão – RGR	76.508	86.744
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE/ PROINFA	28.432	55.021
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	43.966
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	14.658	12.934
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	14.658	12.935
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	7.171	6.467
	<b>141.427</b>	<b>218.067</b>
	<b>853.038</b>	<b>932.634</b>

	Jul a Set /13	Jul a Set /12
<b>Tributos sobre a Receita</b>		
ICMS	114.953	120.105
COFINS	112.432	106.352
PIS-PASEP	24.438	23.089
ISSQN	214	174
	<b>252.037</b>	<b>249.720</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>		
Reserva Global de Reversão – RGR	17.845	28.386
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE/ PROINFA	10.946	18.780
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	10.717
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	4.850	4.462
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	4.850	4.462
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	2.425	2.230
	<b>40.916</b>	<b>69.037</b>
	<b>292.953</b>	<b>318.757</b>

## 24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/09/2013	30/09/2012
Pessoal (a)	245.980	212.124
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	44.387	41.151
Obrigações Pós-Emprego	28.456	22.494
Matérias	7.571	10.657
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	51.812	6.040
Serviços de Terceiros (b)	99.659	94.199
Depreciação e Amortização	215.971	236.778
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	90.168	133.900
Provisões (Reversões) Operacionais	8.267	2.853
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	188.072	200.445
Energia Elétrica Comprada para Revenda	903.049	421.422
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (c)	80.696	70.079
Perdas na Alienação da TBE (d)	94.080	-
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	58.630	54.942

	2.116.798	1.507.084
	<b>Jul a Set /13</b>	<b>Jul a Set /12</b>
Pessoal (a)	70.919	69.105
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	16.905	13.568
Obrigações Pós-Emprego	9.485	7.498
Materiais	3.177	4.231
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	95	5.877
Serviços de Terceiros (b)	35.057	33.725
Depreciação e Amortização	71.433	69.208
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	30.305	42.728
Provisões (Reversões) Operacionais	(662)	(5.231)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	62.913	67.212
Energia Elétrica Comprada para Revenda	374.157	183.502
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (c)	37.117	27.551
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	21.095	17.241
	<b>731.996</b>	<b>536.215</b>

<b>a) Despesa com Pessoal</b>	<b>30/09/2013</b>	<b>30/09/2012</b>
Remunerações e Encargos	189.836	182.694
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	13.200	12.246
Benefícios Assistenciais	21.162	20.449
	<b>224.198</b>	<b>215.389</b>
( - ) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(5.138)	(11.052)
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	26.920	7.787
	<b>245.980</b>	<b>212.124</b>

<b>a) Despesa com Pessoal</b>	<b>Jul a Set 2013</b>	<b>Jul a Set 2012</b>
Remunerações e Encargos	61.876	61.489
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	4.233	3.908
Benefícios Assistenciais	6.883	6.631
	<b>72.992</b>	<b>72.028</b>
( - ) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(2.271)	(4.723)
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	198	1.800
	<b>70.919</b>	<b>69.105</b>

Programas de Desligamento de Empregados:

*a) Programa de Incentivo ao Desligamento – PID*

Para o período de 17 de janeiro de 2013 a 27 de março de 2013 a Companhia criou o PID, de adesão exclusiva aos empregados que já reúnem condições plenas de aposentadoria no INSS e na Forluz e ainda o mínimo de 20 anos de admissão na Companhia. O PID prevê o pagamento de indenização correspondente a 4 remunerações brutas, pagamento de 6 meses de contribuições para o plano de saúde e demais verbas indenizatórias previstas em Lei. O impacto financeiro do Programa, provisionado em 2013, foi de R\$25.800, em conformidade a adesão de 206 empregados, sendo o prazo de desligamento no período de abril a junho de 2013. Para aqueles empregados que reuniriam as condições relacionadas acima e que, ainda, precisam comprovar esta condição junto ao INSS, o prazo limite para desligamento é dezembro de 2013.

<b>b) Serviços de Terceiros</b>	<b>30/09/2013</b>	<b>30/09/2012 Reapresentado</b>
Comunicação	4.581	4.799
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	20.558	17.449
Conservação e Limpeza de Prédios	13.915	13.926
Mão de Obra Contratada	2.986	4.868
Fretes e Passagens	1.603	2.088
Hospedagem e Alimentação	2.397	3.097
Vigilância	9.527	8.448
Consultoria	4.012	1.102
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	1.762	2.226
Manutenção e Conservação de Veículos	2.149	2.062
Energia Elétrica	2.053	2.713
Meio Ambiente	14.416	14.665
Limpeza de Faixas	1.076	1.622
Serviços de Reprografia	1.083	1.725
Serviços advocatícios e Custas Processuais	5.266	2.784
Outros	12.275	10.625
	<b>99.659</b>	<b>94.199</b>

<b>b) Serviços de Terceiros</b>	<b>Jul a Set /13</b>	<b>Jul a Set /12 Reapresentado</b>
Comunicação	2.347	1.957
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	6.812	7.233
Conservação e Limpeza de Prédios	4.684	4.196
Mão de Obra Contratada	629	1.666
Fretes e Passagens	726	898
Hospedagem e Alimentação	1.044	1.200
Vigilância	4.731	2.983
Consultoria	1.324	287
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	704	956
Manutenção e Conservação de Veículos	746	796
Energia Elétrica	700	840
Meio Ambiente	4.815	5.139
Limpeza de Faixas	358	425
Serviços de Reprografia	352	472
Serviços advocatícios e Custas Processuais	861	1.263
Outros	4.224	3.414
	<b>35.057</b>	<b>33.725</b>

<b>c) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão</b>	<b>30/09/2013</b>	<b>30/09/2012 Reapresentado</b>
Pessoal	620	1.440
Materiais	55.541	43.535
Serviços de Terceiros	23.308	18.561
Arrendamentos e Aluguéis	2	-
Outros	1.225	6.543
	<b>80.696</b>	<b>70.079</b>

<b>c) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão</b>	<b>Jul a Set</b>	<b>Jul a Set /2012 Reapresentado</b>
Pessoal	98	1.101
Materiais	32.200	16.832
Serviços de Terceiros	4.600	4.728
Outros	219	4.890
	<b>37.117</b>	<b>27.551</b>

#### d) Perdas na Alienação da TBE

Em 2013 a Companhia apresentou despesa com Perdas na Alienação da TBE no valor de R\$94.080. Este valor corresponde à baixa do investimento do grupo TBE tendo em vista a transferência, em 31 de maio de 2013, da totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT na TBE (49%) para a TAESA, em cumprimento ao Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, celebrado em 17 de maio de 2012.

#### Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais.

Vide nota explicativa 13 para maiores informações.

## 25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Renda de Aplicação Financeira	69.869	79.826
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	3.711	3.072
Variação Monetária	2.041	5.017
Variações Cambiais	19	98
Ajuste a Valor Presente	-	13.793
Outras	9.822	3.264
	<b>85.462</b>	<b>105.070</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(226.122)	(286.441)
Variação Monetária – Forluz	(15.864)	(15.202)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(82.076)	(78.439)
Variações Cambiais	(29)	(38)
Variações Monetárias – Concessões Onerosas	(15.715)	(27.511)
Variações Monetárias	(3.885)	(5.874)
Ajuste a Valor Presente	(1.556)	-
Outras	(20.457)	(23.454)
	<b>(365.704)</b>	<b>(436.959)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(280.242)</b>	<b>(331.889)</b>

	Jul a Set /13	Jul a Set /12 Reapresentado
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Renda de Aplicação Financeira	32.778	27.527
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	1.215	1.650
Variação Monetária	577	2.998
Ajuste a Valor Presente	2.468	12.137
Impostos Incidentes Sobre Receitas Financeiras	3.348	-
Outras	1.163	872
	<b>41.549</b>	<b>45.184</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(81.806)	(89.962)
Variação Monetária – Forluz	(3.679)	(4.444)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(11.832)	(27.770)
Variações Cambiais	(2)	(11)
Variações Monetárias – Concessões Onerosas	(8.230)	(15.847)
Variações Monetárias	(1.454)	(1.800)
Outras	(4.218)	(17.764)
	<b>(111.221)</b>	<b>(157.598)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(69.672)</b>	<b>(112.414)</b>

## 26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são, controlada e controlada em conjunto da Cemig, respectivamente.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
<b>CEMIG</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	749	-	-	-	-
Pessoal Cedido (2)	-	-	-	2.586	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	172.975	399.476	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	1.470	-	-	-	-	-	-
<b>Cemig Distribuição</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação	-	-	-	18.063	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (3)	16.401	30.760	2.929	3.274	104.312	181.242	(27.540)	(28.393)
<b>Não Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	16.629	-	-	-	-	-	-
<b>Light</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	449	127	132	131	15.073	23.554	-	(10)
<b>Transmissora Aliança de Energia Elétrica</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	37.716	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	1.475	1.068	-	-	(10.138)	(8.807)
<b>Baguari Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	4.123	26.218	-	-	-	-	-	-
<b>Governo do Estado de Minas Gerais</b>								
<b>Não Circulante</b>								
Debêntures (4)	-	-	68.089	52.758	-	-	(4.690)	(4.331)
<b>FORLUZ</b>								
<b>Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego - (5)	-	-	12.625	11.593	-	-	(15.864)	(22.675)
Despesa de Pessoal (6)	-	-	-	-	-	-	(13.199)	(12.246)
Custeio Administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(3.787)	(3.835)
<b>Não Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego - (5)	-	-	225.647	202.324	-	-	-	-
<b>Cemig Saúde</b>								
<b>Não Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	192.364	187.702	-	-	(15.155)	(6.423)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
- (2) Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig às empresas do grupo;

(3) A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M;

(4) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão;

(5) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 20 das Informações Contábeis Intermediárias) e serão amortizados até o exercício de 2024;

(6) Contribuições da Cemig Geração e Transmissão para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 20) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;

(7) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

(8) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 16, 18, 20 e 22.

### Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da administração são integralmente custeados pela controladora. A tabela abaixo demonstra a os custos com a Administração registrados na controladora.

	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado
Remuneração	6.087	6.573
Participação nos Resultados	1.722	721
Benefícios Pós Emprego	583	506
Benefícios Assistenciais	92	84
<b>Total</b>	<b>8.484</b>	<b>7.884</b>



## 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionário – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão, Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Outras Contas a Pagar e Obrigações com Debêntures, Obrigações Pós-Emprego e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos inicialmente ao valor justo e encontram-se atualmente classificados conforme abaixo:

Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros não abarcados pela Medida Provisória 579, convertida em Lei de Nº 12.783 de 11 de Janeiro de 2013. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: a partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Medida Provisória 579, convertida em Lei de Nº 12.783 de 11 de Janeiro de 2013. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias.
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ), Concessões a Pagar e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,9%, com base na sua última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas entre IPCA + 4,70% a IPCA + 5,10%, CDI + 0,65% a CDI + 0,73%, IGPM + 4,70% a IGPM + 5,10%, taxa fixa 8,5% a 10,07% a Companhia considerou seu valor justo igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos financeiros	30/09/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros:</b>				
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>				
Equivalentes de Caixa – Bancos	7.295	7.295	2.981	2.981
Equivalentes de Caixa – Aplicações	888.951	888.951	506.171	506.171
Consumidores e Revendedores	582.959	582.959	495.727	495.727
Concessionários - Transporte de Energia	27.571	27.571	65.657	65.657
Ativos Financeiros da Concessão	255.356	255.356	177.901	177.901
	<b>1.762.132</b>	<b>1.762.132</b>	<b>1.248.437</b>	<b>1.248.437</b>
<b>Disponíveis para Venda</b>				
Ativos Financeiros da Concessão	542.081	542.081	827.519	827.519
<b>Mantidos até o Vencimento</b>				
Títulos e Valores Imobiliários	587.077	586.196	414.469	415.627
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Títulos e Valores Mobiliários	201.311	201.311	71.486	71.486
<b>Passivos Financeiros:</b>				
<b>Avaliados ao custo amortizado</b>				
Fornecedores	215.209	215.209	206.803	206.803
Concessões a Pagar	162.550	279.330	180.661	298.572
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.121.584	4.276.970	4.655.963	5.029.342
Dívida Pactuada com Forluz	333.771	333.771	184.405	184.405
	<b>4.833.114</b>	<b>5.105.280</b>	<b>5.227.832</b>	<b>5.719.122</b>

### a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

## Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão não está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

## Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de junho de 2013. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado
<b>Ativos</b>		
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	888.951	506.171
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	788.388	485.953
Fundos Vinculados	4	6
	1.677.343	992.130
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 18)	(1.975.947)	(2.063.695)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 18)	(112.502)	(122.641)
	(2.088.449)	(2.186.336)
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(515.800)</b>	<b>(1.234.520)</b>

## Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima, que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2014, as taxas SELIC e TJLP serão de 10% e 5%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	30/09/2013	30 de setembro de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 10% TJLP 5%	Cenário Possível SELIC 12,5% TJLP 6,25%	Cenário Remoto SELIC 15% TJLP 7,5%
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	888.951	977.846	1.000.070	1.022.294
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	788.388	867.227	886.937	906.646
Fundos Vinculados	4	4	5	5
	1.677.343	1.845.077	1.887.012	1.928.945
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- CDI (nota 18)	(1.975.947)	(2.173.542)	(2.222.940)	(2.272.339)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- TJLP (nota 18)	(112.502)	(118.127)	(119.533)	(120.940)
	(2.088.449)	(2.291.669)	(2.342.473)	(2.393.279)
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(411.106)</b>	<b>(446.592)</b>	<b>(455.461)</b>	<b>(464.334)</b>
<b>Efeito Líquido da Variação da SELIC</b>		<b>(35.486)</b>	<b>(44.355)</b>	<b>(53.228)</b>

## Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 30 de setembro de 2013. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA À ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado
<b>Passivo</b>		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(1.973.520)	(2.403.871)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 18)	(57.448)	(52.758)
(-) Ativos Financeiros da Concessão	542.081	827.519
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(1.488.887)</b>	<b>(1.629.110)</b>

### Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2014, as taxas IPCA e IGP-M serão de 6,32% e 6,15%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Elevação da inflação	30/09/2013	30 de setembro de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 6,32% IGP-M 6,15%	Cenário Possível IPCA 7,90% IGP-M 7,69%	Cenário Remoto IPCA 9,48% IGP-M 9,23%
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 18)	(1.973.520)	(2.098.246)	(2.129.428)	(2.160.610)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IGPM (nota 18)	(57.448)	(60.981)	(61.866)	(62.750)
	<b>(2.030.968)</b>	<b>(2.159.227)</b>	<b>(2.191.294)</b>	<b>(2.223.360)</b>
<b>Ativos</b>				
Ativos Financeiros da Concessão - IGPM	542.081	575.419	583.767	592.115
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(1.488.887)</b>	<b>(1.583.808)</b>	<b>(1.607.527)</b>	<b>(1.631.245)</b>
<b>Efeito Líquido da Variação da inflação</b>		<b>(94.921)</b>	<b>(118.640)</b>	<b>(142.358)</b>

### Risco de Liquidez

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos, mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio.

Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas (quando existentes), incluindo os juros futuros até as datas de vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:</b>						
- Pós-fixadas						
Fornecedores	214.792	-	-	417	-	215.209
Juros Sobre Capital Próprio	-	172.975	-	-	-	172.975
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	54.906	580.458	493.652	2.202.487	1.940.250	5.271.753
Concessões a pagar	1.683	4.974	12.892	64.838	142.012	226.400
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	1.921	5.845	18.075	109.620	198.310	333.771
	<b>273.302</b>	<b>764.252</b>	<b>524.619</b>	<b>2.377.362</b>	<b>2.280.572</b>	<b>6.220.108</b>

### Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa de 30 de setembro de 2013, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$5.383.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo CEMIG. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria. Em 30 de setembro de 2013 a Companhia tinha apenas um fundo centralizador de investimento em Cotas-Fic, cujo gestor é o grupo Votorantim.

As premissas mínimas da Companhia para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Rating de agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

\*\* o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

#### Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores, inclusive tendo impacto em outros empréstimos devida a cláusulas de *cross default*. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento

antecipado das dívidas. Não há previsão contratual de cláusulas restritivas para o período findo em 30 de setembro de 2013.

## b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	30/09/2013	31/12/2012 Reapresentado
Total do Passivo	6.059.246	6.772.463
Caixa e Equivalentes de Caixa	(896.246)	(509.152)
<b>Passivo Líquido</b>	<b>5.163.000</b>	<b>6.263.311</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>6.527.283</b>	<b>5.306.048</b>
<b>Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido</b>	<b>0,79</b>	<b>1,18</b>

## 28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo

com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30/09/2013	Valor justo em 30 de setembro de 2013		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
<b>Ativos</b>				
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>				
Certificados de Depósitos Bancários	13.508	-	13.508	-
Letras Financeiras - Bancos (LFs)	83.378	-	83.378	-
Letras Financeiras do Tesouro	82.842	-	82.842	-
Debêntures	16.232	-	16.232	-
Outros	5.351	-	5.351	-
	<b>201.311</b>	<b>-</b>	<b>201.311</b>	<b>-</b>
<b>Ativos Financeiros da Concessão</b>	<b>542.081</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>542.081</b>
<b>Total</b>	<b>743.392</b>	<b>-</b>	<b>201.311</b>	<b>542.081</b>

#### Metodologia de cálculo do valor justo

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para determinar o valor justo dos ativos financeiros de transmissão que serão objeto de indenização a Companhia utilizou como referência os critérios de mensuração com base no valor novo de reposição dos ativos – VNR, em convergência com os procedimentos utilizados pela ANEEL para homologação da base de remuneração dos ativos nos ciclos de revisão tarifária de transmissão.

A Companhia registrou os ativos financeiros da concessão pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 12.



## 29. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

DESCRIÇÃO	30 de setembro de 2013		
	Geração	Transmissão	Total
<b>ATIVO</b>	<b>8.641.298</b>	<b>3.945.231</b>	<b>12.586.529</b>
<b>ADIÇÕES AO SEGMENTO</b>	<b>273.374</b>	<b>80.696</b>	<b>3.852.181</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>3.523.617</b>	<b>198.000</b>	<b>3.721.617</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(903.049)	-	(903.049)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(187.853)	(219)	(188.072)
<b>CUSTO DE OPERAÇÃO</b>			
Pessoal	(166.830)	(79.150)	(245.980)
Participação dos Empregados	(29.828)	(14.559)	(44.387)
Obrigação Pós Emprego	(19.122)	(9.334)	(28.456)
Material	(4.489)	(3.082)	(7.571)
Matéria – Prima e Insumos para Produção de Energia	(51.812)	-	(51.812)
Serviços de Terceiros	(77.855)	(21.804)	(99.659)
Depreciação e Amortização	(215.971)	-	(215.971)
Provisões	(5.555)	(2.712)	(8.267)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(90.168)	-	(90.168)
Custo de Construção	-	(80.696)	(80.696)
Perda na Alienação da TBE	-	(94.080)	(94.080)
Outras	(44.548)	(14.082)	(58.630)
	(706.178)	(319.499)	(1.025.677)
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>(1.797.080)</b>	<b>(319.718)</b>	<b>(2.116.798)</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.454	329.340	340.794
<b>Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro</b>	<b>1.737.991</b>	<b>207.622</b>	<b>1.945.613</b>
Receitas Financeiras	61.331	24.131	85.462
Despesas Financeiras	(202.041)	(163.663)	(365.704)
<b>Resultado antes do IR e CSLL</b>	<b>1.597.281</b>	<b>68.090</b>	<b>1.665.371</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(531.734)	87.598	(444.136)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.065.547</b>	<b>155.688</b>	<b>1.221.235</b>

DESCRIÇÃO	30 de setembro de 2012 - Reapresentado		
	Geração	Transmissão	Total
<b>ATIVO</b>	<b>8.448.506</b>	<b>4.133.036</b>	<b>12.581.542</b>
<b>ADIÇÕES AO SEGMENTO</b>	<b>305.281</b>	<b>70.079</b>	<b>1.438.782</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>2.960.606</b>	<b>343.210</b>	<b>3.303.816</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(421.422)	-	(421.422)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(200.287)	(158)	(200.445)
	<b>(621.709)</b>	<b>(158)</b>	<b>(621.867)</b>
<b>CUSTO DE OPERAÇÃO</b>			
Pessoal	(134.750)	(77.374)	(212.124)
Participação dos Empregados	(27.653)	(13.498)	(41.151)
Obrigação Pós Emprego	(15.116)	(7.378)	(22.494)
Material	(11.570)	(5.127)	(16.697)
Serviços de Terceiros	(69.609)	(24.590)	(94.199)
Depreciação e Amortização	(236.778)	-	(236.778)
Provisões	(1.908)	(945)	(2.853)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hídricos	(133.900)	-	(133.900)
Custo de Construção	-	(70.079)	(70.079)
Outras	(38.095)	(16.847)	(54.942)
	<b>(669.379)</b>	<b>(215.838)</b>	<b>(885.218)</b>
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>(1.291.088)</b>	<b>(215.996)</b>	<b>(1.507.084)</b>
<b>Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro</b>	<b>1.669.509</b>	<b>127.214</b>	<b>1.796.732</b>
Ganho na Emissão de Ações	-	-	253.538
Resultado de Equivalência Patrimonial	(17.375)	502.472	485.097
Receitas Financeiras	79.129	25.941	105.070
Despesas Financeiras	(251.164)	(185.795)	(436.959)
<b>Resultado antes do IR e CSLL</b>	<b>1.480.108</b>	<b>469.832</b>	<b>1.949.940</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(499.117)	10.879	(444.136)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>980.991</b>	<b>480.711</b>	<b>1.461.702</b>

## 30. EVENTOS SUBSEQUENTES

### **Criação da Cemig Transmissão**

Em 10 de outubro de 2013 o Conselho de Administração da Cemig aprovou a criação da subsidiária integral Cemig Transmissão S.A. (“Cemig T”), empresa que será responsável pela gestão de todos os ativos da transmissão hoje sob responsabilidade da Cemig GT.

A criação da Cemig T visa adequar a Cemig ao novo ambiente regulatório imposto pela Lei 12.783/13, trazendo maior foco ao negócio de transmissão, bem como maior clareza na gestão de suas receitas e de seus custos.

Esta operação será submetida à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, estando sua conclusão sujeita à obtenção da aprovação prévia pertinente.

### **Celebração de termos aditivos em operações de dívida da Cemig GT**

Em 10 de outubro de 2013, o Conselho de Administração deliberou autorizar a celebração de termos de aditivos em operações de dívida da Cemig GT firmadas com o Banco do Brasil com a finalidade de postergar o vencimento das parcelas previstas para 2013, no valor de R\$600 milhões, para 2014 (20%), 2015 (20%) e 2016 (60%), mantendo-se os demais vencimentos e os encargos financeiros de 104,10% da variação do CDI e pagando uma comissão de 0,99% sobre o valor da operação na data da celebração dos aditivos. As renovações das operações de crédito manterão a garantia da Cemig e a faculdade da Cemig GT, a seu critério, pré-pagar a dívida sem a incidência de custos adicionais.

### **Transferência de controle da TAESA da CEMIG GT para a CEMIG S.A**

Em 24 de outubro de 2013 as Assembleias Gerais de Debenturistas da Cemig Geração e Transmissão S.A, referentes às emissões descritas a seguir, anuíram nos termos do art. 174, §3º, da Lei das S/A, a redução do Capital Social da Cemig GT de R\$3.296.785.358,90 (três bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos) para R\$893.192.096,76 (oitocentos e noventa e três milhões, cento e noventa e dois mil, noventa e seis reais e setenta e seis centavos) em decorrência da transferência das ações de emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA para a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, garantidora das Debêntures das Emissões, conforme anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, obtida por meio da Resolução Autorizativa nº 4.108/2013, de 14 de maio de 2013, e deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Cemig GT realizada em 26 de

setembro de 2013, observadas as cláusulas VII, item (viii), e X da Escritura de Emissão. São elas:

- 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública da Cemig Geração e Transmissão S.A; e
- 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para distribuição pública da Cemig Geração e Transmissão S.A.

## DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

### Resultado do Período

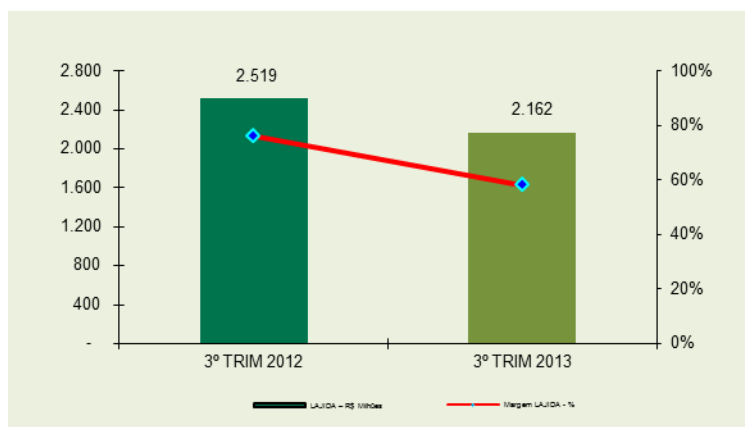
A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no período de janeiro a setembro de 2013, um resultado de R\$1.221.235, em comparação ao resultado de R\$1.461.702 no mesmo período de 2012, uma redução de 16,45%. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

### LAJIDA

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou uma redução no período de janeiro a setembro de 2013 em comparação com o mesmo período de 2012, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado	Var %
Resultado do Período	1.221.235	1.461.702	(16,45)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	444.136	488.238	(9,03)
+ Resultado Financeiro Líquido	280.242	331.889	(15,56)
+ Amortização e Depreciação	215.971	236.778	(8,79)
= LAJIDA	<b>2.161.584</b>	<b>2.518.607</b>	<b>(14,18)</b>

### LAJIDA



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações financeiras intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA

porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA no período de janeiro a setembro de 2013, em comparação ao mesmo período de 2012 deve-se, principalmente, ao aumento de 49,64% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização) compensado, parcialmente, pelo aumento de 12,65% na receita. Em consonância com o LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 76,23% para 58,08%.

### **Fornecimento Bruto de Energia Elétrica**

	MWh (*)		R\$		Preço Médio – R\$/MWh	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012 Reapresentado	30/09/2013	30/09/2012
Industrial	13.517.710	15.047.448	1.906.681	2.037.580	141,05	135,41
Comercial	225.233	166.019	48.016	32.485	213,18	195,67
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	7.397	15.445	-	-
	13.742.943	15.213.467	1.962.094	2.085.510	<b>142,77</b>	<b>137,08</b>
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	11.973.572	10.360.298	1.521.925	1.205.194	127,11	116,33
	<b>25.716.515</b>	<b>25.573.765</b>	<b>3.484.019</b>	<b>3.290.704</b>	<b>135,48</b>	<b>128,67</b>

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.484.019 no período de janeiro a setembro de 2013 em comparação a R\$3.290.704 no mesmo período de 2012, representando um aumento de 5,87%.

Este resultado decorre, principalmente, da combinação do aumento de 0,56% na quantidade de energia comercializada com o aumento de 5,29% na tarifa média praticada.

### **Receita de Concessão da Transmissão**

A receita de concessão da transmissão foi de R\$354.000 no período de janeiro a setembro de 2013 comparados a R\$597.015 no período de janeiro a setembro de 2012, apresentando uma redução de 40,71%. Esta variação decorre principalmente da renovação das concessões de transmissão antigas da Companhia que, a partir de 2013, passaram a ser remuneradas apenas pela operação e manutenção da infraestrutura, conforme os termos da Medida Provisória nº 579 (convertida em Lei Federal nº 12.783/13).

### **Receita com Transações com energia na CCEE**

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$640.012 no período de janeiro a setembro de 2013 comparados a R\$261.042 no mesmo período de 2012, um aumento de 145,18%. Esta variação decorre principalmente de uma maior disponibilidade de energia para liquidação na CCEE no período, associado à alta de 110,56% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD (R\$253,68/MWh em 2013 e R\$120,48/MWh em 2012).

### ***Impostos incidentes sobre a receita operacional***

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$853.038 no período de janeiro a setembro de 2013 comparados a R\$932.634 no período de janeiro a setembro de 2012, uma redução de 8,53%. As principais variações nos impostos que incidiram sobre a receita são como segue:

#### **Conta de Consumo de Combustível – CCC**

A partir de fevereiro de 2013, através de Resolução Homologatória da Aneel, foi extinta a obrigatoriedade de recolhimento da cota mensal relativa à Conta de Consumo de Combustível – CCC. Os gastos com CCC de janeiro a setembro de 2012 foram de R\$43.966 e referiam-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas Interligado e Isolado Brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A Cemig Geração e Transmissão era, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC era cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

#### **Conta de Desenvolvimento Energético – CDE/PROINFA**

Os gastos com CDE e Proinfa foram de R\$28.432 no período de janeiro a setembro de 2013 em comparação com R\$55.021 no período de janeiro a setembro de 2012, uma redução de 48,33% em decorrência, principalmente, de Resolução Homologatória da Aneel que reduziu em 75% o valor da cota da CDE.

A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás e o Proinfa tem como destinação incentivar o desenvolvimento e competitividade de fontes alternativas de energia.

### ***Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)***

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$2.022.718 no período de janeiro a setembro de 2013 em comparação com R\$1.507.084 no mesmo período de 2012, representando um aumento de 34,21%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:



### Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$245.980 no período de janeiro a setembro de 2013 em comparação a R\$212.124 no mesmo período de 2012, representando um aumento de 15,96%. Este resultado decorre, principalmente, das adesões ao Programa de Incentivo ao Desligamento - PID com provisão de R\$25.800 em 2013.

Mais informações na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias.

### Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$903.049 no período de janeiro a setembro de 2013 em comparação com R\$421.422 no período de janeiro a setembro 2012, representando um aumento de 114,29%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 78,64% no volume de energia comprada no ambiente livre em 2013 (3.799.029 MWh) comparado com 2012 (2.126.695 MWh), em função da maior atividade de comercialização, associado ao maior custo de aquisição tendo em vista o aumento do preço da energia no mercado brasileiro.

### Perdas na Alienação da TBE

Em 2013, a Companhia apresentou despesa com perdas na alienação da TBE no valor de R\$94.080. Este valor corresponde à baixa do investimento no grupo TBE tendo em vista a transferência, em 31 de maio de 2013, da totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT, na TBE, para a TAESA.

### Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$51.812 no período de janeiro a setembro de 2013 comparados a R\$6.040 no mesmo período de 2012, aumento de 757,81%. Este resultado decorre da necessidade de aquisição, em 2013, de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Igarapé, que foi acionada no primeiro semestre deste ano em função do baixo nível de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

### Demais Itens de Custos e Despesas Operacionais

Os demais itens de Custos e Despesas Operacionais somaram, em conjunto, um valor de R\$821.877 no período de janeiro a setembro de 2013 comparados a R\$867.498 no mesmo período de 2012, apresentando redução de 5,26%.

### ***Receitas (Despesas) Financeiras***

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$280.242 no período de janeiro a setembro de 2013 comparado a uma despesa financeira líquida de R\$331.889 no período de janeiro a setembro de 2012, uma redução de

15,56%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução na receita de aplicações financeiras: R\$69.869 no período de janeiro a setembro de 2013 comparados a R\$79.826 no período de janeiro a setembro de 2012 apresentando redução de 12,47%. O maior impacto se verificou em decorrência do menor volume de recursos aplicados em 2013;
- redução de 21,06% na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$226.122 no período de janeiro a setembro de 2013 comparados a R\$286.441 no período de janeiro a setembro de 2012. Essa redução decorre basicamente da redução de 10,71% no volume de captação de recursos indexados ao CDI aliado à queda de, aproximadamente, 0,97% na taxa de CDI (6,59% em 2012 contra 5,62% em 2013);
- redução na despesa de variação monetária da concessão onerosa: R\$15.715 no período de janeiro a setembro de 2013 comparado a R\$27.511 no mesmo período de 2012, representando uma redução de 42,88% decorrente, principalmente, da variação do IGPM que registrou redução de cerca de 47,93% em 2013 comparado a 2012 (3,69% em 2013 e 7,09% em 2012);
- os demais itens que compõem o resultado financeiro apresentaram, em conjunto, aumento de cerca de 10,75% (R\$108.274 em 2013 e R\$97.763 em 2012).

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

#### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

A Companhia apurou, no período de janeiro a setembro de 2013, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$444.136 em relação ao Resultado de R\$1.665.371 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 26,67%. No período de janeiro a setembro de 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$488.238 em relação ao Resultado de R\$1.949.940 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 25,04%.

Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2013 E 2012

	Terceiro Trim/13	Terceiro Trim/12 Reapresentado	Var. %
<b>RECEITA</b>	<b>1.245.485</b>	<b>1.143.020</b>	<b>8,96</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Pessoal	(70.919)	(69.105)	2,62
Participação dos Empregados no resultado	(16.905)	(13.568)	24,59
Obrigações Pós-emprego FORLUZ	(9.485)	(7.498)	26,50
Materiais	(3.177)	(4.231)	(24,91)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(95)	(5.877)	(98,38)
Serviços de Terceiros	(35.057)	(33.725)	3,95
Depreciação e Amortização	(71.433)	(69.208)	3,21
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(30.305)	(42.728)	(29,07)
Provisões (Reversões) Operacionais	662	5.231	(87,34)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	(37.117)	(27.551)	34,72
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(374.157)	(183.502)	103,90
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(62.913)	(67.212)	(6,40)
Outros Custos de Operação	(21.095)	(17.241)	22,35
	(731.996)	(536.215)	36,51
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>513.489</b>	<b>606.805</b>	<b>(15,38)</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	224.344	410.416	(45,34)
Resultado Financeiro Líquido	(69.672)	(112.414)	(38,02)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>668.161</b>	<b>904.807</b>	<b>(26,15)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(136.316)	(163.458)	(16,60)
<b>Resultado do Período</b>	<b>531.845</b>	<b>741.349</b>	<b>(28,26)</b>

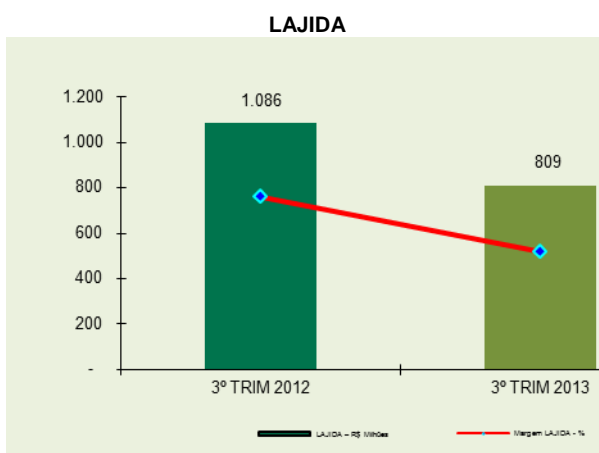
### *Resultado do Trimestre*

A Companhia apresentou, no terceiro trimestre de 2013, um resultado líquido de R\$531.845 em comparação ao resultado líquido de R\$741.349 no terceiro trimestre de 2012, representando uma redução de 28,26%. Os itens que apresentaram maior variação podem ser verificados na sequência deste Relatório.

**LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)**

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou queda no terceiro trimestre de 2013 em comparação com o terceiro trimestre de 2012, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA	Terceiro Trim/13	Terceiro Trim/12 Reapresentado	Var %
Resultado do Período	531.845	741.349	(28,26)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	136.316	163.458	(16,60)
+ Resultado Financeiro Líquido	69.672	112.414	(38,02)
+ Amortização e Depreciação	71.433	69.208	3,21
<b>= LAJIDA</b>	<b>809.266</b>	<b>1.086.429</b>	<b>(25,51)</b>



A queda de 25,51% do LAJIDA, no terceiro trimestre de 2013, em comparação ao terceiro trimestre de 2012, deve-se, principalmente, ao aumento de 41,45% verificado nos custos e despesas operacionais, (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Em consonância com o LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 95,05% em 2012, para 64,98% em 2013.

**Composição da Receita**

	Terceiro Trim/13	Terceiro Trim/12 Reapresentado	Var. %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	1.369.035	1.186.630	15,37
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	122.497	195.529	(37,35)
Receita de Construção	37.117	27.552	34,72
Transações com energia na CCEE	4.565	45.912	(90,06)
Outras receitas operacionais	5.224	6.154	(15,11)
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas acima	(292.953)	(318.757)	(8,10)
	<b>1.245.485</b>	<b>1.143.020</b>	<b>8,96</b>

**Fornecimento Bruto de Energia Elétrica**

	MWh (**)			R\$		
	Terceiro Trim/13	Terceiro Trim/12	Var. %	Terceiro Trim/13	Terceiro Trim/12 Reapresentado	Var. %
Industrial	4.743.203	5.292.054	(10,37)	679.347	723.377	(6,09)
Comercial	73.422	57.732	27,18	15.785	11.330	39,32
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	53.113	11.054	380,49
	<b>4.816.625</b>	<b>5.349.786</b>	<b>(9,97)</b>	<b>748.245</b>	<b>745.761</b>	<b>0,33</b>
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	4.105.497	3.490.025	17,64	620.790	440.869	40,81
<b>Total</b>	<b>8.922.122</b>	<b>8.839.811</b>	<b>(0,93)</b>	<b>1.369.035</b>	<b>1.186.630</b>	<b>15,37</b>

( \* ) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, contratos bilaterais com outros agentes e vendas no ACL (Ambiente de Contratação Livre) para outros agentes.

( \*\* ) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

No terceiro trimestre de 2013, a receita com fornecimento bruto de energia elétrica apresentou aumento de 15,37% em comparação com o terceiro trimestre de 2012.

### **Fornecimento Industrial**

A receita oriunda do fornecimento de energia ao setor industrial apresentou redução de 6,09% no terceiro trimestre de 2013 (R\$679.347) comparado a igual período de 2012 (R\$723.377). Este resultado é reflexo do desaquecimento das atividades do setor em 2013 o que levou a uma negociação de ajustes nos volumes dos contratos firmados. Vale ressaltar que a redução no volume de energia registrada no segmento industrial foi compensada pelo crescimento do fornecimento aos demais segmentos de mercado.

### **Suprimento a Outras Concessionárias**

A receita de suprimento a outras concessionárias foi de R\$620.790 no terceiro trimestre de 2013 contra R\$440.869 no mesmo período de 2012, representando crescimento de 40,81% decorrente, principalmente, de novos contratos firmados com uma grande comercializadora, o que gerou uma receita bruta de R\$105.223 no período de julho a setembro de 2013.

### **Receita de Concessão de Transmissão**

A Receita de concessão de transmissão foi de R\$122.497, no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$195.529 no terceiro trimestre de 2012, representando uma redução de 37,35%. Esta variação decorre, principalmente, dos impactos de Resolução Homologatória ANEEL (Res. Nº 1395/2012, Anexo I) que reduziu a RAP (Receita Anual Permitida) da transmissora em 65,88% para o período em análise.

### **Impostos e Encargos incidentes sobre a Receita**

	Terceiro Trim/13	Terceiro Trim/12 Reapresentado	Var %
<b>Impostos sobre a Receita</b>			
ICMS	114.953	120.105	(4,29)
COFINS	112.432	106.352	5,72
PIS-PASEP	24.438	23.089	5,84
ISSQN e outros	214	174	22,99
	<u>252.037</u>	<u>249.720</u>	<u>0,93</u>
<b>Encargos do Consumidor</b>			
Reserva Global de Reversão – RGR	17.845	28.386	(37,13)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE/PROINFA	10.946	18.780	(41,71)
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	10.717	(100,00)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	4.850	4.462	8,70
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -FNDCT	4.850	4.462	8,70
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE	2.425	2.230	8,74
	<u>40.916</u>	<u>69.037</u>	<u>(40,73)</u>
	<u><b>292.953</b></u>	<u><b>318.757</b></u>	<u><b>(8,10)</b></u>

As principais variações nos Impostos e Encargos incidentes sobre a receita, são como segue:

#### Reserva Global de Reversão - RGR

O artigo 20 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, nos termos dos §§ 3º, 4º e 5º, possibilitou a conversão do Regime de Concessão e determinou o recolhimento da UBP (Uso de Bem Público). Por meio da Resolução 467, de dezembro de 2011, a ANEEL regulamentou o Art.20 da Lei nº 10.848/2004 e estabeleceu os requisitos e critérios para modificação do regime de exploração das concessões de aproveitamentos hidrelétricos para geração de energia elétrica destinada a serviço público.

Em 2013, através do Contrato de Concessão 02/2013-ANEEL, a Cemig GT optou pela aplicação do regime de UBP para as 19 usinas abarcadas pelo referido contrato, as quais ficaram desobrigadas do recolhimento do encargo referente à RGR que apresentou redução de 37,13% no terceiro trimestre de 2013 em comparação a igual período de 2012.

#### Conta de Consumo de Combustível – CCC

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013 a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC), conforme Lei Federal nº 12.783/2013.

#### Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os pagamentos da CDE são definidos por meio de Resolução da ANEEL e apresentaram redução de 41,71% nos períodos comparados em decorrência, principalmente, dos impactos da Medida Provisória 579 (convertida em Lei 12.783/13) que reduziu em 75,00% os encargos referentes à CDE.

As demais Deduções à Receita referem-se, basicamente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

#### ***Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)***

Os Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$731.966, no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$536.215 no terceiro trimestre de 2012, representando um aumento de 36,51%. As principais variações estão relacionadas a seguir:

## Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$374.157, no terceiro trimestre de 2013, comparados a R\$183.502 no terceiro trimestre de 2012, representando um crescimento de 103,90%. Este resultado decorre principalmente do aumento de 88,10% no volume de energia comprada, sendo 1.192.744MWh no terceiro trimestre de 2013 e 2.243.617 MWh em igual período de 2012, combinado com a elevação do preço da energia elétrica verificada no mercado brasileiro.

## Resultado Financeiro Líquido

	Terceiro Trim/13	Terceiro Trim/12 Reapresentado	Var. %
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>			
Renda de Aplicação Financeira	32.778	27.527	19,08
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	1.215	1.650	(26,36)
Variação Monetária	577	2.998	(80,75)
Ajuste a Valor Presente	2.468	12.137	(79,67)
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	3.348	-	100,00
Outras	1.163	872	33,37
	<b>41.549</b>	<b>45.184</b>	<b>(8,04)</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(81.806)	(89.962)	(9,07)
Encargos Variação Monetárias- Forluz	(3.679)	(4.444)	(17,21)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(11.832)	(27.770)	(57,39)
Variações Cambiais	(2)	(11)	(81,82)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(8.230)	(15.847)	(48,07)
Variações Monetárias	(1.454)	(1.800)	(19,22)
Outras	(4.218)	(17.764)	(76,26)
	<b>(111.221)</b>	<b>(157.598)</b>	<b>(29,43)</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS</b>	<b>(69.672)</b>	<b>(112.414)</b>	<b>(38,02)</b>

Na comparação dos valores do terceiro trimestre de 2013 com o mesmo período de 2012, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$69.672, em 2013, comparada a uma despesa líquida de R\$112.414 em 2012, apresentando uma redução de 38,02%.

A seguir destacam-se os itens que apresentaram as variações mais relevantes.

- aumento da receita de aplicações financeiras: R\$32.778 no terceiro trimestre de 2013 e R\$27.527 no terceiro trimestre de 2012 apresentando crescimento de 19,08% decorrente, principalmente, do aumento de 15,34% no volume recursos aplicados;
- redução de 79,67% do ajuste a valor presente: R\$2.468 no terceiro trimestre de 2013 e R\$12.137 no mesmo período de 2012 decorrente, principalmente, da redução de 49,40% na variação do IGPM nos períodos comparados.
- redução de 57,39% da variação monetária de empréstimos e financiamentos: R\$11.832 no terceiro trimestre de 2013 e R\$27.770 no mesmo período 2012

decorrente da redução de 56,34% na variação do IPCA aliado à redução registrada no volume de recursos captados;

- redução na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$81.806 no terceiro trimestre de 2013 comparados a R\$89.962 no terceiro trimestre de 2012, redução de 9,07% decorrente da redução no volume de captação de recursos indexados ao CDI;
- redução na despesa de variações monetárias de Concessão Onerosa: R\$8.230 no terceiro trimestre de 2013 comparados a R\$15.847 no terceiro trimestre de 2012, representando redução de 48,07% decorrente, principalmente da redução de 49,40% na variação do IGPM;

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no terceiro trimestre de 2013, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$136.316 em relação ao lucro de R\$668.161, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 20,40%. No terceiro trimestre de 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$163.458 em relação ao lucro de R\$904.807, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 18,07%.

\*\*\*\*\*



## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Cemig Geração e Transmissão S.A.  
Belo Horizonte - MG

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board-IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Ênfases**

Conforme descrito na nota explicativa 2.2 às informações contábeis intermediárias, em decorrência de mudança de política contábil, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes intermediárias relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente, referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa 14 às informações contábeis intermediárias, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia elétrica no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil determinado pela Administração assumindo indenização do poder concedente considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação dos ativos imobilizados poderá ou não ser alterado. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa 12 às informações contábeis intermediárias, com base no previsto na Lei 12.783/13, a Companhia encaminhou informações ao poder concedente para que este homologue o valor a ser recebido por conta da indenização dos bens reversíveis relativos ao contrato de concessão de transmissão 006/97 formados até maio de 2000, no montante de R\$542.081 mil. A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos, bem como as condições, forma de remuneração e prazos para seu recebimento estão pendentes de homologação pelo Poder Concedente. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa 13 às informações contábeis intermediárias, a coligada Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras das operações da entidade. A Madeira Energia S.A. e sua controlada têm apurado prejuízos em suas operações e apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes em 30 de setembro de 2013 no montante de R\$355.102 mil, sendo a participação da Companhia de R\$35.510 mil. Os planos da Administração para equalização do capital circulante líquido estão também descritos na mesma nota explicativa 13. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstração do valor adicionado*

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“Interim Financial Reporting Standards – IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

### *Auditoria das informações contábeis do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012*

O exame do balanço patrimonial levantado em 1º de janeiro de 2012, ora reapresentado em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 2.2, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 14 de agosto de 2013, contendo ênfase relacionada ao parágrafo sobre a coligada Madeira Energia S.A. descrita no item “Ênfases” acima.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez  
Contador  
CRC-SP 218.398/O-1 T/MG